

IGUATEMI S.A.
CNPJ/MF nº 60.543.816/0001-93
NIRE 35.300.027.248
Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2026

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas da IGUATEMI S.A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 16 de abril de 2026, às 10:00h, na sede social da Companhia, localizada na Rua Angelina Maffei Vita, nº 200, 9º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem a respeito das matérias constantes da Ordem do Dia abaixo:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
3. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
4. Aprovar a remuneração global e anual dos Administradores, para o exercício social de 2026, e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

Informações Gerais:

- A Companhia informa aos seus acionistas que, em 11 de março de 2026, os seguintes documentos foram publicados de forma resumida na versão impressa do jornal "Diário de Notícias", nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e do Parecer de Orientação CVM nº 39: (i) relatório anual da administração; (ii) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) parecer dos auditores independentes; e (iv) parecer do Conselho Fiscal. Adicionalmente, a Companhia comunica que, em atendimento ao artigo 7º da Resolução CVM nº 81/22, encontram-se disponíveis nos sites da B3 e CVM os documentos a que se referem o citado artigo.
- A Companhia informa, ainda, que, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, os boletins de voto a distância referentes à AGO já estão à disposição dos senhores acionistas nos sites da CVM, B3 e de relações com investidores da Companhia. Além disso, também está disponível, nos mesmos canais, o Manual do Acionista ("Manual"), com orientações detalhadas sobre os procedimentos para a participação na AGO.
- O acionista poderá participar da AGO (i) comparecendo pessoalmente à AGO ou sendo representado por procurador devidamente constituído, ou (ii) mediante envio do respectivo boletim de voto a distância devidamente preenchido diretamente à Companhia, ao custodiante, ao depositário central ou ao escriturador, sendo que as orientações detalhadas acerca do envio do boletim constam do próprio boletim e do Manual.
- Os acionistas com ações sob Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, que desejarem participar da AGO deverão apresentar extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente.

- Para as matérias indicadas na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, o quórum de instalação, em primeira convocação, é de pelo menos ¼ (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 125 da Lei das S.A e, em segunda convocação, com qualquer número.
- Solicita-se que, na medida do possível, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na AGO a que se refere o edital de convocação sejam depositados na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, ou enviados ao endereço eletrônico assembleias@iguatemi.com.br, até o dia 14 de abril de 2026.
- A Companhia esclarece que optou por realizar a AGO de forma exclusivamente presencial, em linha com a sua prática nos últimos anos, por acreditar que essa modalidade oportuniza a interação eficiente e próxima entre os próprios acionistas e entre os acionistas e a administração da Companhia, facilitando possíveis esclarecimentos imediatos de eventuais dúvidas que possam surgir durante o conclave.
- Na forma do inciso I-A do artigo 5º da Resolução nº CVM 81/22, a Companhia informa que o pedido de instalação do Conselho Fiscal da Companhia pode ser realizado pelos Senhores Acionistas da Companhia que possuam, ao menos, 2% (dois por cento) do total das ações ordinárias da Companhia ou 1% (um por cento) das ações preferenciais sem direito a voto, em linha com o disposto no artigo 4º da Resolução da CVM nº 70/22.
- Sem prejuízo da possibilidade de participação presencial na AGO, os acionistas também poderão participar da assembleia mediante envio de instruções de voto (i) aos seus respectivos agentes de custódia, (ii) ao escriturador das ações da Companhia; (iii) ao depositário central no qual as ações da Companhia estão depositadas; ou (iv) diretamente à Companhia, por meio do envio do BVD preenchido em vias físicas, para o seguinte endereço, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores: Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar, CEP: 01455-070, São Paulo/SP – Brasil, ou em vias digitalizadas, para o endereço assembleias@iguatemi.com.br, observado que tais instruções deverão ser recebidas pelas pessoas indicadas nos itens (i) a (iv) **em até 4 (quatro) dias antes da realização da AGO (ou seja, até 12 de abril de 2026, inclusive).**

São Paulo, 16 de março de 2026.

Pedro Jereissati
Presidente do Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia propõe que os Srs. Acionistas apreciem e aprovem, sem reservas, as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As referidas Demonstrações Financeiras da Companhia, conforme divulgadas nos websites da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, foram apreciadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da Companhia em reuniões realizadas em 24 de fevereiro de 2026. O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável, destacando que as referidas informações financeiras refletem, adequadamente, a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e, portanto, recomendaram a sua aprovação na AGO. Além disso, as demonstrações financeiras foram analisadas pelo Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas da Companhia em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2026.

Por fim, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., auditor independente da Companhia, emitiu parecer manifestando-se pela adequação das Demonstrações Financeiras, sem qualquer opinião modificada, ressalvas ou parágrafos de ênfase.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira e patrimonial da Companhia, na forma da seção 2 do Formulário de Referência, conforme artigo 10, inciso III da Resolução CVM nº 81/22 estão disponíveis no Anexo I.

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Administração propõe a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R\$582.458.857,25 (quinhentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos)**, da seguinte forma, conforme aprovado pelo Conselho de Administração:

- (i) **R\$29.122.942,86 (vinte e nove milhões, cento e vinte e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos)**, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.;
- (ii) **R\$138.333.978,60 (cento e trinta e oito milhões, trezentos e trinta e três mil, novecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos)**, para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. e da alínea “b” do artigo 43 do Estatuto Social da Companhia;
- (iii) **R\$ 61.666.021,40 (sessenta e um milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, vinte e um reais e quarenta centavos)**, para o pagamento de dividendos adicionais; e
- (iv) **R\$353.335.914,39 (trezentos e cinquenta e três milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e quatorze reais e trinta e nove centavos)**, para a reserva de investimentos, nos termos da alínea “c” do artigo 43 do Estatuto Social da Companhia.

A totalidade dos dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (dividendo mínimo obrigatório e dividendos adicionais), descritos nos itens “ii” e “iii” acima, já havia sido declarada antecipadamente em sede de reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2025, com base no Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras levantadas em 30 de setembro de 2025, no montante total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

A data de corte, data da negociação dos valores mobiliários *ex-dividendos*, data do pagamento dos dividendos, bem como o valor a ser pago por ação ordinária, por ação preferencial e por Unit, nos termos em que foram declarados em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro 2025, seguem indicados abaixo.

Data de Corte	Data ex dividendo (inclusive)	Data de pagamento	Valor por ação ON (R\$)	Valor por ação PN (R\$)	Valor por Unit (R\$)
19/02/2026	20/02/2026	05/03/2026	0,02407431461	0,07222294382	0,16852020225
14/04/2026	15/04/2026	29/04/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100
15/07/2026	16/07/2026	29/07/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100
15/10/2026	16/10/2026	29/10/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100

Para fins de esclarecimento, farão jus aos proventos acima indicados os acionistas da Companhia inscritos nos registros da Companhia nas respectivas Data de Corte indicadas na tabela acima.

Nos termos do artigo 6º-A, parágrafo 3º, incisos I e II da Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025 (“Lei nº 15.270/25”), os dividendos declarados até 31 de dezembro de 2025 não estão sujeitos à incidência de imposto de renda. Dessa forma, o montante total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), declarados pelo Conselho de Administração da Companhia, a título de dividendo mínimo obrigatório e dividendos adicionais, não estão sujeitos à incidência de imposto de renda.

As informações detalhadas a respeito da proposta de destinação do lucro líquido do exercício estão indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22, que se encontra no Anexo II à presente Proposta.

3. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia

Nos termos do artigo 40 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento não permanente e será instalado, conforme previsto no artigo 4º da Resolução CVM nº 70/22, a pedido de acionistas titulares de 2% das ações com direito a voto ou 1% das ações sem direito a voto. O Conselho Fiscal contará com 3 (três) membros efetivos e o mesmo número de suplentes.

A Companhia recebeu, dos acionistas minoritários Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI e BB Asset Management, que possuem participação acionária suficiente para solicitar a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 4º da Resolução CVM nº 70/22, a indicação das seguintes candidatas para concorrer em eleição em separado de acionistas minoritários titulares de ações preferenciais para o Conselho Fiscal:

Nome	Cargo	Indicação
Cláudio Antônio Gonçalves	Conselho Fiscal (Efetivo)	Acionista minoritário titular de ações preferenciais
Ana Cristina Remigio de Oliveira Bastos	Conselho Fiscal (Suplente)	

Considerando que o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros, a Administração apresenta a chapa a seguir, indicada pelo Acionista Controlador, que já considera eventual eleição em separado do candidato indicado por acionistas minoritários titulares de ações preferenciais:

Nome	Cargo	Indicação
Jorge Moyses Dib Filho	Conselho Fiscal (Efetivo)	Controlador
Antônio Adriano Farinha Campos	Conselho Fiscal (Suplente)	
Leonardo Leirinha Souza Campos	Conselho Fiscal (Efetivo)	
Sérgio Bernstein	Conselho Fiscal (Suplente)	

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, as informações sobre os candidatos a membros do Conselho Fiscal integrantes da chapa proposta pela Administração e indicados por acionistas minoritários titulares de ações preferenciais, que são exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência previsto pela

Resolução CVM nº 80/22, incluindo os seus respectivos currículos, são apresentadas no Anexo III desta Proposta.

4. Aprovar a remuneração global e anual dos Administradores, para o exercício social de 2026, e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

A Administração propõe a aprovação do montante global de até R\$56.410.160,00 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e dez mil, cento e sessenta reais) para a remuneração dos administradores para o exercício de 2026, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, individualizar tal montante entre os membros da administração da Companhia, dentro do limite ora proposto.

O referido valor contempla a remuneração dos administradores pelos cargos exercidos tanto na Companhia quanto na Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("IESC").

A IESC é subsidiária integral da Iguatemi e o principal ativo operacional da Companhia. Além disso, parte substancial dos administradores da Companhia também ocupa cargos na administração da IESC e, por essa razão, parte da sua remuneração é paga pela Companhia e parte da remuneração é paga por meio da IESC.

Para permitir que os acionistas tenham a visão global da remuneração total paga aos administradores, em linha com a recomendação da Superintendência de Relações com Empresas – SEP/CVM no sentido que seja levado à Assembleia Geral tanto a parcela suportada pela companhia quanto a parcela suportada por subsidiárias integrais, a Companhia apresenta abaixo a proposta de montante de remuneração global anual dos seus administradores que compreende tanto a parcela da remuneração paga pela própria Companhia, como a parcela que será suportada pela IESC.

A Administração estima que, do montante total proposto de R\$56.410.160,00 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e dez mil, cento e sessenta reais), aproximadamente, R\$28.351.181,00 (vinte e oito milhões, trezentos e cinquenta e um mil, cento e oitenta e um reais) será pago pela Companhia e R\$28.058.979,00 (vinte e oito milhões, cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e nove reais) será pago pela IESC. Nada obstante, importa esclarecer que a alocação de valores a serem pagos por cada sociedade dependerá, especificamente, da eficiência de fluxos de pagamentos, podendo haver modificações nos saldos individuais a serem pagos por cada sociedade.

O valor da remuneração ora proposto compreende a remuneração limite do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o período de janeiro de 2026 a dezembro de 2026, com relação aos cargos por eles ocupados tanto na Companhia como na IESC, e inclui a remuneração fixa e variável dos Diretores, bem como benefícios de qualquer natureza. A Administração esclarece, todavia, que não estão incluídos neste valor encargos sociais de ônus do empregador, conforme orientação da CVM.

É importante destacar que a remuneração fixa dos administradores está alinhada às práticas de mercado e, ainda, a remuneração variável depende fundamentalmente da performance individual dos administradores da Companhia, medida a partir de um painel de indicadores específicos para cada executivo, e também da performance corporativa medida com base no atingimento das metas estabelecidas no plano de negócios da Companhia, conforme divulgado no Formulário de Referência.

A administração informa que, do limite global aprovado na AGOE realizada em 17 de abril de 2025 referente à remuneração dos administradores no exercício de 2025, que totalizou o montante de R\$54.400.495,00 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos mil e quatrocentos e noventa e cinco reais), foi efetivamente pago o valor total de R\$51.666.974,00 (cinquenta e um milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, novecentos e setenta e quatro reais). A diferença entre o valor aprovado e o valor pago se justificou em razão da economia decorrente da não verificação de todas as condições provisionadas para o pagamento do valor esperado à título de remuneração fixa e variável, o que também gerou a redução dos dispêndios remuneratórios.

As informações detalhadas sobre a remuneração dos administradores na forma da seção 8 do Formulário de Referência, conforme previsto na Resolução CVM nº 81/22, são apresentadas no Anexo IV desta Proposta.

A título de esclarecimento, a Administração informa que nos itens 8.2, 8.3, 8.15 (que deve estar consistente com o 8.2) e 8.17 do Formulário de Referência, a Companhia se refere somente à remuneração reconhecida no resultado da Companhia, de modo que tais informações não refletem, de forma consolidada, os valores totais pagos aos administradores que estão previstos no resultado da IESC enquanto subsidiária integral.

Para possibilitar que os Acionistas compreendam adequadamente as parcelas da remuneração dos administradores ora proposta e, ainda, conciliem os valores pagos por cada sociedade, a Companhia apresenta, em complemento às informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, **(i)** o item 8.2 do Formulário de Referência de forma individualizada também para a IESC; e **(ii)** os itens 8.2, 8.3, 8.15 e 8.17 preenchidos de forma consolidada, considerando a remuneração global anual e a quantidade de administradores da Companhia e da IESC em conjunto (conforme item 8.20 do Formulário de Referência da Companhia).

Ainda, a administração da Companhia propõe que a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal seja fixada para cada membro em exercício, no valor equivalente a 0,1 (um décimo) da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e a participação nos lucros, desde a eleição dos membros até a próxima assembleia geral ordinária da Companhia, observado que tal valor poderá sofrer alterações tão somente em cumprimento ao artigo 162, § 3º, da Lei das S.A. Nesse sentido, propõe-se a fixação da remuneração anual do conselho fiscal no valor total de R\$427.991,00 (quatrocentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e um reais). Esclarece-se que os suplentes receberão remuneração apenas na ausência do respectivo membro efetivo.

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

(Conforme Seção 2 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022)

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 104,16%. Na mesma data, a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$1.753.854 mil e a dívida líquida totalizava R\$2.210.196 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,48x, as variações são explicadas principalmente pelas aquisições de ativos feitas ao longo de 2025.

Investimento em Shopping Centers

Os empreendimentos ("Shopping Centers") são administrados conjuntamente com os seus sócios e são constituídos sob a forma de condomínio de edificação e consórcios. Suas operações são registradas pela Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("IESC"), controlada da Companhia, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A Iguatemi e suas controladas são detentoras de participação em determinados empreendimentos imobiliários, sendo na sua grande maioria shopping centers, localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Os resultados operacionais da IESC estão sujeitos a tendências sazonais que afetam a indústria de shopping centers. Vendas de shopping centers geralmente aumentam em períodos sazonais, como nas semanas antes da Páscoa (abril), Dia das Mães (que no Brasil ocorre em maio), dia dos namorados (que no Brasil ocorre em junho), dia dos pais (que no Brasil ocorre em agosto), dia das crianças (que no Brasil ocorre em outubro) e natal (dezembro). Além disso, a grande maioria dos arrendatários dos shoppings da Iguatemi paga o aluguel duas vezes em dezembro sob seus respectivos contratos de locação.

As participações em controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto da Companhia, estão demonstradas a seguir:

	Participação %	
	31/12/2025	
	Direta	Indireta
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("IGTA")	100,00	-
EDS66 Participações S.A. ("SP66")	100,00	-
Mutuall Soluções Financeira Ltda. ("MUTU")	-	-
Venture Iguatemi Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FP84")	-	100,0
Adeoti Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("ADEO")	-	100,00

AEMP – Administradora de Empreendimentos Ltda. (“AEMP”)	-	100,00
AEST – Administradora de Estacionamento Ltda (“AEST”)	-	100,00
Amuco Shopping Ltda. (“Amuco”)	-	100,00
ATOW Administradora de Torres Ltda (“ATOW”)	-	100,00
AZ Brasil Comércio Varejista Ltda. (“AZBR”)	-	100,00
CSC41 Participações Ltda. (“CS41”)	-	100,00
CSC61 Participações Ltda. (“CS61”)	-	100,00
CSC132 Comércio Varejista Ltda (“POLO”)	-	100,00
CSC142 Participações Ltda (“OLSC”)	-	100,00
DV Brasil Comércio Varejista Ltda (“DV Brasil”)	-	100,00
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. (“FLEURY”)	-	80,00
Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“01GL”)	-	100,00
Milan Comércio Varejista Ltda. (“MILA”)	-	100,00
I-Art Produções Teatrais Ltda. (“IART”)	-	100,00
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda. (“IESTAPA”)	-	99,99
Iguatemi Estacionamentos Ltda. (“IESTA”)	-	100,00
Iguatemi Leasing Ltda. (“Iguatemi Leasing”)	-	100,00
Iguatemi Outlets do Brasil Ltda (“OLNH”)	-	100,00
I-Retail Serv. Consult. De Moda e Particip. Ltda. (“I-Retail”)	-	100,00
Iguatemi 365 Ltda. (“I365”)	100,00	-
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda. (“JK ADM”)	-	100,00
JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. (JKIG)	-	100,00
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda (“JKES”)	-	100,00
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. (“Lasul”)	-	100,00
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“MPPart”)	-	100,00
Market Place Torres Ltda (“MPT”)	-	100,00
Nova Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“01NG”)	-	100,00
Ork Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda (“ORKE”)	-	100,00
Praia de Belas Deck Parking Ltda (“PBES”)	-	100,00
Riviera Comércio Varejista Ltda. (“VILE”)	-	100,00
SCIALPHA Participações Ltda. (“SCIALPHA”)	-	100,00
SCIRP Participações Ltda. (“SCRP”)	-	100,00
Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. (“SCRB”)	-	100,00
SISP Participações Ltda. (“SISP”)	-	100,00

SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda ("SJRP")	-	100,00
SPH 1 Iguatemi Empreendimentos Imobiliarios S.A. ("SPHI")	-	100,00
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. ("AGSC") (a)	-	36,00
Odivelas SP Participações S.A. ("OSPP")	-	52,00
Sarol Comercio de Cosmesticos e Perfumaria Ltda. ("SARO") (b)	-	100,00
Dominique Comercio de Cosméticos e Serviços de Beleza Ltda. ("DOMI") (b)	-	100,00
CDG Comercio Varejista LTDA. ("CDGA") (b)	-	100,00
BBH Higienopolis Ltda. ("BBHP")	-	100,00
BPY HIGI Empreendimentos Ltda. ("BPYE")	-	100,00
BPY HIGI Participações Ltda. ("BPYP")	-	100,00
BRASC Shopping Centers S.A. ("BRAS")	-	100,00
ULTRAPAR Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. ("ULTR")	-	100,00

As controladas diretas e indiretas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial e apresentadas na rubrica de Investimentos nas Demonstrações Financeiras ("Controladas"). Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, tais controladas estão devidamente consolidadas.

Os negócios controlados em conjunto direta e indiretamente pela Companhia, mensurados pelo método de equivalência patrimonial não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava uma posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$ 1.753.854 mil e os empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) consolidados da Companhia apresentavam uma posição de R\$ 3.964.050 mil, resultando em uma posição de dívida líquida de R\$ 2.210.196 mil.

As receitas operacionais consolidadas da Companhia provêm substancialmente da sua controlada IESC e a principal entrada de recursos financeiros da Companhia são os dividendos distribuídos pela IESC.

A receita líquida de aluguéis e serviços da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.486.832mil. A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 582.460mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

O índice de endividamento geral consolidado da Companhia, medido pela soma do Passivo circulante com o Passivo não circulante, dividido pelo Patrimônio líquido da Companhia, era de 104,2% em 31 de dezembro de 2025.

Além do índice de endividamento acima descrito, o índice de liquidez geral consolidado da Companhia, medido pela soma dos ativos circulantes e não circulantes dividido pela soma do passivo circulante e do não circulante era de 2,44x em 31 de dezembro de 2025.

(b) Estrutura de capital

Entendemos que a Companhia possui estrutura de capital adequada para o seu modelo de negócios.

A estrutura de capital da Companhia para financiar suas operações é composta por (i) capital próprio, que corresponde ao total do patrimônio líquido; e (ii) capital de terceiros, que corresponde ao total do passivo circulante e não circulante.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 4.651.864 mil, um aumento de 7,9% em relação a 31 de dezembro de 2024, que foi de R\$ 4.310.020 mil.

Os valores apresentados na tabela abaixo representam os recursos oriundos de capitais próprios e de capitais de terceiros nas datas apresentadas:

(Em R\$ mil, exceto %)	Em 31/12/2025	AV%
Capital próprio (1)	4.651.864	49,0%
Capital de terceiros (2)	4.845.237	51,0%
Total	9.497.101	100,00%

(1) O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido consolidado.

(2) O capital de terceiros da Companhia é representado pela totalidade do passivo circulante e não circulante.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento consolidado da Companhia, composto por dívidas bancárias, debêntures e financiamentos, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a sua Administração acredita que a Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não se possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Administração da Companhia entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar os seus investimentos e aquisições, a sua Administração acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

Em 31 de dezembro de 2025, o caixa e equivalente de caixa consolidado reduziu em R\$ 13.027 mil em relação a 31 de dezembro de 2024. Dentre as principais variações, destacamos:

- (i) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 328.860 mil;
- (ii) Caixa líquido utilizado nas atividades de Investimento de R\$ 528.254 mil negativo, gastos principalmente com investimentos em nossos ativos, além de aquisições minoritárias em alguns empreendimentos; e
- (iii) Caixa das atividades de financiamento no valor de R\$186.367 mil negativo, valor principalmente por pagamentos de dívida e dividendos ao longo de 2025.

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, em nossa visão, com suas atividades.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item (f) estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures relevantes em 31 de dezembro de 2025:

Empréstimos e financiamentos por natureza

Em R\$ mil	Em 31 de dezembro de 2025
RB Capital 96% do CDI	-
RB Capital CDI + 0,15% a.a	-
Banco Itaú TR + 5,0% a 8,6% a.a.	115.147
Banco Itaú TR + 6,0% a 8,6% a.a	70.934
RB Capital CDI + 1,30% a.a	93.802
RB Capital CDI + 1,30% a.a	85.697
Banco Itaú TR + 5,0% a 8,6% a.a.	56.535
Banco Itaú TR + 6,0% a 8,6% a.a	40.078
Banco Safra CDI + 1,75% a.a	-
Banco Itaú CDI + 1,40% a.a	-
RB Capital CDI +0,55% a.a.	182.531
RB Capital CDI +0,60% a.a.	25.134
RB Capital 105% CDI	251.111
RB Capital 106% CDI	47.972
Banco Bradesco 99,95% CDI	618.557
Instituições não financeiras IGP-DI	-
Debêntures e juros provisionados sobre debêntures	961.554
Total	3.982.050

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos

Em 23 de março de 2020, com o objetivo de aumentar sua participação no Praia de Belas Shopping Center, celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A., por meio da sua Controlada IESC, no valor de R\$ 174.600 mil, com taxa escalonada entre TR + 8,60 e TR + 5,00%, taxa essa verificada mensalmente com base na Taxa Selic apurada na data de cada vencimento. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 37,545% do Praia de Belas Shopping Center. A amortização ocorrerá no prazo de 120 meses, através do Sistema de Amortização Constante – SAC. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo era de R\$115.147 (R\$130.762 em 2024) na controladora e no consolidado. Esta operação não possui cláusula de “covenants” financeiros.

Em 23 de março de 2020, com o objetivo de aumentar sua participação no Esplanada Shopping celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A., por meio da sua Controlada Amuco Shopping Ltda, no valor de R\$85.500 mil, com taxa escalonada entre TR + 8,60 e TR + 5,00%, taxa essa verificada mensalmente com base na Taxa Selic apurada na data de cada vencimento. Como garantia, a Companhia apresentou a

fração de 27,3271782% do Esplanada Shopping. A amortização ocorrerá no prazo de 120 meses, através do Sistema de Amortização Constante – SAC. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo era de R\$56.535 (R\$64.236 em 2024) no consolidado. Esta operação não possui cláusula de “covenants” financeiros.

Em 18 de setembro de 2023, a Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração a 4ª Emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em 4 séries, a ser vinculada à 189ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) da Opea Securitizadora. A operação foi concluída em 18 de outubro de 2023 no montante total de R\$500.000, sendo: 1ª série no valor de R\$177.072 mil com remuneração de 100% CDI+ 0,55% a.a., vencimento em 16/10/2028 e amortização na mesma data; 2ª série no valor de R\$243.526 mil com remuneração de 105% do CDI, vencimento em 16/10/2028 e amortização na mesma data; 3ª série no total de R\$24.380 mil com remuneração de 100% CDI + 0,60% a.a., vencimento em 15/10/2030 e amortização em 15/10/2029 e 15/10/2030; 4ª série no total de R\$55.022 mil com remuneração de 106% do CDI, vencimento em 15/10/2030 e amortização em 15/10/2029 e 15/10/2030. Em dezembro de 2025, o saldo era de R\$506.748 (R\$501.042 em 2024) na controladora e no consolidado. Esta operação possui cláusula de “covenants” não financeiros como requisitos para alteração de controle societário, limitação à venda significativa de ativos entre outros.

Com o objetivo de aumentar sua participação no shopping Iguatemi JK, a Companhia celebrou um financiamento com Banco Bradesco em 06 de março de 2023, no valor de R\$667.000 mil, com taxa em TR + 9,48%. Esse contrato foi swapado na totalidade do seu fluxo a 99,95% do CDI. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 36% do shopping Iguatemi JK. A amortização ocorrerá no prazo de 216 meses sendo seu início em 06/03/2025, por meio do sistema de amortização constante (SAC). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo era de R\$618.557 (R\$647.229 em 2024) na controladora e no consolidado. Esta operação não possui cláusula de “covenants” financeiros.

Debêntures públicas e privadas Décima emissão

Em outubro de 2020, a Companhia emitiu, por meio de sua controlada IESC, sua 10ª (décima) emissão de Debêntures, através de oferta pública via Instrução CVM 476. Foram alocadas 500.000 (quinhentas mil) debêntures em duas séries, com vasos comunicantes, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações e com valor nominal unitário de R\$1.000,00, sendo a primeira série com vencimento final em 28 de setembro de 2025 e a segunda série com vencimento de 50% em 28 de setembro de 2026 e 50% em 28 de setembro de 2027.

A emissão de debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em setembro de 2020.

O prazo de vencimento será de 5 (cinco) anos para a primeira série e 7 (sete) anos para a segunda série, contados da data de emissão. O valor nominal das debêntures da primeira série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento das debêntures e, o valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em duas parcelas.

Nas debêntures da primeira série, incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 2,15% ao ano, base 252 dias úteis e para a segunda série incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 2,45% ao ano, base 252 dias úteis todos calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização, até a data do efetivo pagamento de ambas as séries.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2025, totalizam R\$ 804 (não circulante R\$ 344) e em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$1.261 (não circulante R\$ 802).

Décima primeira emissão

Em julho de 2021, a Companhia emitiu, por meio de sua controlada IESC, a 11ª (décima primeira) emissão de Debêntures, através de oferta pública via Instrução CVM 476. Foram alocadas 500.000 (quinhentas mil) debêntures em até duas séries, com vasos comunicantes, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações e com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, sendo a primeira série com vencimento final em 24 de junho de 2026 e a segunda série com vencimento em 24 de junho de 2028. A emissão de debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em junho de 2021.

O prazo de vencimento será de 5 (cinco) anos para a primeira série e 7 (sete) anos para a segunda série, contados da data de emissão. O valor nominal das debêntures da primeira série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento das debêntures e, o valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais, sendo a primeira em junho de 2027 e a segunda na data de vencimento das debêntures.

Nas debêntures da primeira série, incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 1,48% ao ano, base 252 dias úteis e para a segunda série incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 1,63% ao ano, base 252 dias úteis todos calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização, até a data do efetivo pagamento de ambas as séries.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$1.092 (não circulante R\$669) e em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$1.516 (não circulante R\$1.093).

Décima terceira emissão

Em 13 de setembro de 2024, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração a emitir a 13ª Emissão de Debêntures simples, não conversível em ações, em série única com prazo total de 6 anos. A operação foi concluída em 25 de setembro de 2024 no montante de R\$300.000 com remuneração de 100% do CDI + 0,45% a.a., com vencimento em 20 de setembro de 2030 e amortização ao final do 5º e 6º ano. Os recursos ora captados, foram utilizados para efetuar o pagamento antecipado da 11ª Emissão de Debêntures 1ª série, cujo vencimento é 24 de junho de 2026 e tem um custo de CDI + 1,48% a.a. Esta operação possui cláusula de covenants financeiros.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$2.637 (não circulante R\$2.082) e em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$3.192 (não circulante R\$2.637).

O cronograma de amortização do valor principal, classificados no passivo não circulante é como segue:

Em R\$ mil	31/12/2025
2025 10º emissão	-
2026 11º emissão	-
2027 10º emissão	200.000
2028 11º emissão	236.129
2030 13ª emissão	300.000
	736.129
Custos de emissão a apropriar	
	-3.096

A Iguatemi não possui dívida em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2025, além das captações em CDI, que representavam 92,8% do total de captação, a Iguatemi tinha 7,2% indexado à TR. O custo médio da sua dívida era de 102% do CDI e o prazo médio de 4,7 anos.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, além das relações de longo prazo com instituições financeiras que se encontram relatadas no item (i) acima, não temos outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

O montante total da dívida de qualquer natureza, total do Passivo Circulante somado ao total do Passivo Não Circulante consolidado da Companhia, não é contratualmente subordinado. Existe em relação à dívida subordinação legal decorrente das garantias reais prestadas pelas controladas da Companhia aos seus credores financeiros e, ainda, subordinação legal em razão da natureza do crédito, como os créditos fiscais e trabalhistas.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia não possui restrição aos limites de endividamento ou à contratação de novas dívidas além dos covenants previstos nas debêntures descritos abaixo. A Companhia cumpre mensalmente com todas as suas obrigações contratuais.

“Covenants”

As debêntures de 10ª, 11ª e 13ª emissão da Companhia, emitidas por meio de sua controlada IESC, cujos montantes em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$961.554 possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem da IESC, Dívida Líquida / EBITDA < 4,00 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00 para a 10ª e 11ª emissão, e Dívida Líquida / EBITDA < 4,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 1,50 para a 13ª emissão.

A exigibilidade do atendimento aos índices financeiros reportados acima é trimestral, e todas as cláusulas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2025. Não existem cláusulas de opção de repactuação. Todos os contratos descritos na letra “f” item (ii) letras “a” e “b”, possuem cláusulas de vencimento antecipado, e suas descrições individuais já indicam com exatidão as unidades de negócio onde as dívidas foram tomadas.

(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Todos os financiamentos contratos pela Companhia já tiveram seus recursos recebidos e utilizados em seus projetos.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em R\$ mil, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:				
	2025	AV % 2025	2024	AV % 2024	2025 vs. 2024
Receita Líquida de aluguéis e serviços	1.486.832	100%	1.236.345	100%	20,26%
Custos dos aluguéis e serviços prestados	-371.207	(24,97%)	(406.667)	(32,89%)	(8,72%)
Lucro Bruto	1.115.626	75,03%	829.678	67,11%	34,46%
(Despesas) receitas operacionais gerais e administrativas	(185.116)	(12,45%)	(163.231)	(13,20%)	(13,41%)
Equivalência Patrimonial	(1.883)	(0,13%)	(11.431)	(0,92%)	(83,53%)
Outras receitas operacionais	194.203	(13,06%)	65.848	(5,33%)	194,93%
Outras despesas operacionais	(289.481)	(-19,47%)	(56.433)	(4,56%)	412,96%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos	1.122.829	75,52%	720.864	58,31%	55,76%
Resultado financeiro	(446.163)	(30,01%)	(251.990)	(20,38%)	77,06
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	676.666	45,51%	468.874	37,92%	44,32%
Correntes	(103.672)	(6,97%)	(79.921)	(6,46%)	29,72%
Diferidos	9.582	0,64%	10.923	0,88%	(12,28%)
Lucro (Prejuízo) Líquido do período/exercício	582.576	39,18%	399.876	32,34%	45,69%

Receita Líquida de Aluguéis e Serviços

A Receita líquida de aluguéis e serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.486.833 mil comparativamente a R\$1.236.345mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 20,3%. Este aumento é atribuído substancialmente a maior cobrança do aluguel percentual, devido ao forte crescimento de vendas, aos reajustes no valor de estacionamento nos empreendimentos e contínua diminuição de descontos concedidos aos lojistas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:					
R\$ mil, exceto %	2025	AV (%)	2024	AV (%)	Var. % 2025 vs 2024
Aluguéis	1.122.577	80,2%	991.770	80,2%	13,2%
Estacionamento	258.939	18,2%	224.993	18,2%	15,1%
Prestação de serviços	112.986	7,6%	93.425	7,6%	20,9%
Operações de varejo (i)	234.236	13,5%	166.886	13,5%	40,4%
Outros	-	0,0%	-	0,0%	0,0%

Receita Bruta bruta de aluguéis e serviços	1.728.738	119,5%	1.477.074	119,5%	17,0%
Impostos e deduções	(241.906)	(19,5%)	(240.729)	(19,5%)	0,5%
Receita líquida de aluguéis e serviços (ii)	1.486.832	100%	1.236.345	100%	20,3%

Referem-se as receitas com vendas de mercadorias das operações de i-retail e e-commerce.
A receita líquida de aluguéis e serviços foi impactada pela linearização dos descontos.

Custos dos aluguéis e serviços prestados

Os custos dos aluguéis e serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 371.207 mil comparativamente a R\$ 406.667 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma redução de 8,72%. Esta redução é atribuída, principalmente, ao menor nível de depreciação registrado no período, decorrente da revisão da vida útil contábil dos shoppings anunciada no 1T25, o que resultou em menor reconhecimento de despesas e contribuiu para a melhoria dos custos dos aluguéis e serviços prestados em 2025.

Lucro Bruto

Lucro bruto no exercício social encerado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.115.626 mil comparativamente a R\$829.678 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 34,46%. Este aumento é atribuído substancialmente a melhora nas receitas e ao menor custo relacionado às eficiências geradas na linha de custo, mencionadas acima.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$185.116 mil comparativamente a R\$163.231 mil no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de 13,41%. Este aumento é atribuído substancialmente ao maior gasto com pessoal e remuneração baseada em ações, que com o atingimento das metas da companhia tivemos um aumento na remuneração dos colaboradores.

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$194.203 mil comparativamente a R\$65.848 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 194,93%. Este crescimento decorre do ganho de capital das vendas de participações ocorridas no 2T25.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$289.481 negativos comparativamente a uma despesa operacional de R\$56.433 mil negativos no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 412,96%. Este aumento é atribuído substancialmente ao reconhecimento do custo dos ativos vendidos relacionados às operações de desinvestimento e vendas de participações realizadas, especialmente aquelas ocorridas no 2T25. Esses efeitos refletem a redução do custo contábil da participação alienada e outros encargos diretamente associados às transações, que impactaram de forma significativa a linha de despesas operacionais no exercício.

Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos

O lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.122.829 mil comparativamente a R\$720.864 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 55,76%. Este aumento é atribuído à combinação dos efeitos operacionais detalhados anteriormente, incluindo a maior receita decorrente das vendas de participações realizadas no 2T25, somado aos impactos associados ao custo dos ativos vendidos reconhecidos nas despesas operacionais.

Resultado financeiro

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 446.163 mil negativos comparativamente a um resultado financeiro de R\$ 251.990 mil negativos no mesmo período de 2024, o que representou uma piora de 77,06%. O resultado reflete principalmente o aumento do custo de capital em função da elevação do CDI e do maior endividamento médio no período. Além disso, a variação foi impactada pelo reconhecimento de juros dos parceiros vinculados à estrutura de aquisição das participações no Shopping Pátio Higienópolis e Shopping Pátio Paulista, e pelas atualizações de contas a pagar associadas às transações realizadas.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 676.666 mil comparativamente a R\$ 468.874 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 44,32%. Este aumento é atribuído ao melhor resultado financeiro do período.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente

Imposto de renda e contribuição social corrente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 103.672 mil comparativamente a R\$ 79.921 mil no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de 29,72%. Este aumento é atribuído substancialmente à melhora dos resultados das empresas do grupo, refletindo a maior geração de lucro tributável no período, e ao pagamento de imposto decorrente das operações de venda de ativos e participações realizadas ao longo do exercício, que elevaram a base de cálculo dos tributos correntes.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido

Imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 9.582 mil comparativamente a R\$ 10.923 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma redução de 12,28%. Desta forma, a redução ocorrida em 2025 se justifica nas ativações dos prejuízos fiscais dos últimos anos.

Lucro líquido do período

O lucro líquido do período do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$582.576 mil comparativamente a um lucro líquido de R\$399.876 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 45,69%. Este aumento é atribuído a melhora das principais linhas de receita, redução nos custos e despesas e melhor resultado financeiro no período.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

em R\$ mil, exceto %	Exercício social encerrado em	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	328.860	447.107
Caixa líquido gerado nas (utilizado nas) atividades de investimento	(528.254)	(262.689)
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	186.367	194.851
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(13.027)	(10.433)

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 328.860 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$ 447.107 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa redução de R\$118.247 mil, ou 26,45%, é justificada pelo aumento dos encargos de juros no período, influenciados pela alta do CDI, pelo maior endividamento médio e pelo reconhecimento de juros dos parceiros relacionados à estrutura de aquisição das participações no Shopping Pátio Higienópolis e Shopping Pátio Paulista. Esses fatores elevaram os pagamentos de despesas financeiras recorrentes, reduzindo o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2025.

Caixa líquido gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R\$ 528.254 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$262.689 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação de R\$265.565 mil, ou 101,09%, é justificada pelos investimentos realizados no período, relacionados à aquisição de participações nos shoppings Pátio Higienópolis (SPH) e Pátio Paulista (SPP).

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 186.367 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$ 194.851 mil negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação de R\$ 381.218mil, ou 195,6%, é justificada principalmente pela menor amortização de dívidas no período, o que reduziu o uso de caixa nas atividades de financiamento em comparação a 2024. Essa dinâmica contribuiu para a reversão do caixa líquido de financiamentos negativo registrado no exercício anterior, em contrapartida tivemos uma captação de empréstimos inferior ao ano de 2024.

2.2. Os diretores devem comentar:

(a) Resultado das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas consolidadas da Companhia são provenientes dos negócios de Shopping Centers representado pela sua controlada direta IESC e por suas controladas indiretas.

As receitas no Segmento de Shopping Center apresentam os seguintes componentes:

Receita Bruta (Em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:	
	2025	2024
Receita de aluguéis	1.122.577	991.770
Receita estacionamento	258.939	224.993
Receita de prestação de serviço	112.986	93.425
Receita varejo (i)	234.236	166.886
Receita outros	-	-
Total Receita Bruta de aluguéis e serviços	1.728.738	1.477.074
Impostos e deduções	(241.906)	(240.729)
Receita líquida de aluguéis e serviços (ii)	1.486.832	1.236.345

Referem-se as receitas com vendas de mercadorias das operações de I-Retail e e-commerce.

A receita líquida de aluguéis e serviços foi impactada pela linearização dos descontos.

A receita de aluguéis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi principalmente composta pelo aluguel mínimo, aluguel percentual e locações temporárias.

O aluguel mínimo é um valor estabelecido contratualmente e tipicamente corrigido anualmente por um índice de inflação acordado. O aluguel percentual é calculado com base nas vendas reportadas por cada lojista, e é o valor que excede o aluguel mínimo de cada contrato. Locações temporárias, por sua vez, referem-se aos aluguéis cobrados dos quiosques, além de mídias tais como banners, adesivagens panfletagens e painéis digitais.

As receitas de taxas de administração são taxas cobradas dos demais empreendedores donos de participações nos shoppings em que administramos pela administração das propriedades, assim como dos lojistas pela administração dos condomínios.

As receitas de estacionamento são provenientes da cobrança de estacionamento dos nossos clientes.

As receitas de outros são compostas em grande parte por receitas de coparticipação, que compreende em recurso recebidos pela cessão de direitos reconhecidas de forma linear no resultado, com base no prazo de aluguel e nas receitas de corretagem, que se referem a comercialização de pontos comerciais.

As receitas variaram principalmente em função de: (i) fechamento de áreas vagas e leasing spreads positivos nos contratos renovados no período; (ii) aumento do aluguel percentual e de locações temporárias; (iii) atingimento do breakeven da operação de varejo e (iv) aumento do fluxo de veículos, somado a revisão das tarifas feitas em nossos shoppings. Além disso, os contratos de aluguéis celebrados pela Iguatemi são tipicamente renegociados a cada 5 anos e são reajustados pela inflação. O portfólio da Iguatemi atualmente está dividido em aproximadamente 3% de contratos ajustados pelo IPC e 97% pelo IGP.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve fatores que afetassem materialmente os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

Com relação aos investimentos consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita de aluguéis respondeu por 64,94% da receita bruta de aluguéis e serviços da Companhia. Dentro da receita de aluguel, aproximadamente 80,2% provêm do aluguel mínimo, que independe da venda dos lojistas. Além disso, 9,3% são provenientes do aluguel percentual e 10,4% de locação temporária.

- As receitas de aluguel mínimo estão atreladas a contratos de aluguéis que têm duração média de 5 anos e são anualmente reajustados pela inflação. Aproximadamente 3% dos contratos são ajustados pelo IPC e 97% pelo IGP. Após o término do contrato são renegociados preços de mercado para cada contrato, o que resulta em ganhos reais na receita;
- As receitas de aluguel percentual são atreladas às vendas dos lojistas; e
- As receitas de locação temporária são atreladas a quiosques, locais de eventos e/ou locais de mídia física ou digital que são negociados (locados) temporariamente no decorrer do ano e em função disso mudam a cada negociação, não estando atreladas à inflação.

As receitas de prestação serviço responderam por 6,5% da receita bruta de aluguéis e serviços da Iguatemi no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Estas receitas estão atreladas principalmente ao resultado dos shoppings centers e gestão sobre seus condomínios.

As receitas de estacionamento responderam por 15,0% da receita bruta de aluguéis e serviços da Iguatemi no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Estas receitas estão atreladas ao fluxo de veículos e às tarifas de estacionamento que são reajustadas esporadicamente de acordo com o potencial de cada empreendimento.

As receitas das operações de varejo responderam por 15,9% da receita bruta de aluguéis e serviços da Iguatemi no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Estas receitas são relacionadas às vendas das marcas administradas pela I-Retail e pela receita da operação de marketplace (Iguatemi 365).

As receitas de outros são principalmente relacionadas às taxas de corretagem e a receitas de coparticipação. As taxas de corretagem estão atreladas ao valor dos novos contratos de aluguel negociados com novos lojistas e em função disso dependem da quantidade de novos lojistas que são negociados no ano. As receitas de coparticipação, por sua vez, estão atreladas à venda de pontos comerciais nos novos shoppings centers e, consequentemente, estão diretamente relacionadas à quantidade de ABL adicional que é inaugurada por ano.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os custos e despesas operacionais consolidados da Companhia, com exceção da depreciação e de suas receitas operacionais, são corrigidos conforme a variação da inflação no período, em virtude dos reajustes previstos nos contratos firmados com terceiros, inclusive nos contratos de locação. Tendo em vista que tanto os custos e despesas operacionais, quanto a receita operacional consolidada são reajustados pela inflação, ocorre um hedge natural que impede impactos negativos de valor relevante em virtude da sua

variação. De tal forma, durante o último exercício social e no exercício corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante.

Em relação ao resultado financeiro, a receita financeira é impactada diretamente por oscilações do CDI, tendo em vista que a maior parte dos recursos estão aplicados em Fundos de Renda Fixa, e que as despesas financeiras são impactadas pelas oscilações sofridas pelos indexadores atrelados aos contratos de financiamento.

A Companhia possui empréstimo indexado ao CDI. Em decorrência das emissões de debêntures e de CRI's realizadas nos últimos três exercícios sociais, o principal indexador da Iguatemi atualmente é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI impacta no montante dos juros a ser pago da dívida. Além do CDI, a Iguatemi possui contratos de Crédito Imobiliário atrelados à TR, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações de tal índice.

Em 31 de dezembro de 2025, a taxa acumulada SELIC apresentou alta de 2,7 pontos percentuais em relação ao final de 2024, aumentando a despesa financeira da Companhia.

2.3 – Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores informam que, no exercício social de 31 de dezembro de 2025, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia. A Companhia elabora suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia esclarecem que não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não introduziram ou alienaram segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 15 de abril de 2025, foi concluído o fechamento da aquisição do Shopping Pátio Higienópolis e do Shopping Pátio Paulista, pelo valor de R\$2.585.119.000,00 (dois bilhões, quinhentos e oitenta e cinco milhões, cento e dezenove mil reais), referente à aquisição das participações societárias.

Em 30 de junho de 2025, foi realizada a venda das frações de 49% do complexo Market Place Shopping Center ("MPSC e MPT") e do Shopping Center Galleria ("SCGA"), bem como a promessa de cessão de fração de 24% do futuro empreendimento residencial multifamily a ser construído no Complexo Market Place e de 16,7% da participação no futuro empreendimento comercial a ser desenvolvido no Complexo Galleria, ambos com expectativa de conclusão em 2029. O valor total da transação foi de R\$500 milhões, a ser pago da seguinte forma: (i) R\$290 milhões na Data do Fechamento; (ii) R\$20 milhões em 15 de dezembro de 2025; e (iii) R\$190 milhões, a serem pagos em 3 (três) parcelas anuais, corrigidas pelo IPCA/IBGE, com vencimentos em 15 de dezembro de 2026, 15 de dezembro de 2027 e 15 de dezembro de 2028.

c. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram eventos ou operações não usuais que não tenham sido refletidos nas demonstrações financeiras envolvendo a Companhia ou suas Controladas.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”) e consiste no lucro (prejuízo) líquido do período, ajustado pelo resultado financeiro, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos das depreciações e amortizações (“EBITDA”).

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de aluguéis e serviços (“Margem EBITDA”).

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA e a Margem EBITDA não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez da Companhia.

O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e Margem EBITDA da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
EBITDA	1.250.129
Margem EBITDA	84,08%

Dívida Líquida

A dívida líquida é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, e corresponde à soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzida de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (circulante e não circulante). A Dívida Líquida não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas. A Dívida Líquida apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerada isoladamente ou como substituto indicador de liquidez ou desempenho. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital. A Dívida líquida pode não ser comparável a medições com títulos semelhantes de outras companhias.

Seguem abaixo os valores da Dívida líquida em 31 de dezembro de 2025:

(em R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2025
Dívida Líquida	2.210.196

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

As tabelas abaixo apresentam a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido do período/exercício para o EBITDA, bem como os cálculos da Margem EBITDA para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(Em R\$ mil, exceto %s)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do período	582.576	399.876
(+/-) Resultado financeiro líquido	446.163	251.990
(+) Imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro	94.090	68.998
(+) Depreciação e amortização	127.300	193.898
(=) EBITDA (1)	1.250.129	914.762
Receita Líquida de aluguéis e serviços	1.486.832	1.236.345
(=) Margem EBITDA (2)	84,08%	73,99%

O EBITDA não é medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representa os fluxos de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos.

Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida de aluguéis e serviços.

Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a composição da dívida líquida em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(em R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Empréstimos, Financiamentos e debêntures – Circulante	386.040	262.026
Empréstimos, Financiamentos e debêntures – Não Circulante	3.578.010	3.174.173
Dívida Bruta	3.964.050	3.436.199
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(36.013)	(49.040)
Aplicações Financeiras – Circulante	(1.717.841)	(1.487.942)
Aplicações Financeiras – Não Circulante	-	(284.373)
Dívida Líquida	2.210.196	1.614.844

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

EBITDA e Margem EBITDA

A Administração acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária do IRPJ e da CSLL ou alterações nos níveis de depreciação e amortização.

Consequentemente, acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro, como também da nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e obter recursos para nossas despesas de capital e nosso capital de giro. No entanto, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Dívida Líquida

A Companhia divulga a dívida líquida, pois entende ser uma métrica adequada para avaliação de endividamento e sua gestão de caixa.

2.6 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 12 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou junto ao BB Premium Malls uma proposta vinculante (MOU), que estabelece as condições para a aquisição de uma participação minoritária de 4,5% no Shopping Pátio Paulista pelo valor de R\$ 113,4 milhões.

Tal informação está indicada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

Exercício Social	31.12.2025																														
Regras sobre retenção de lucros	Conforme previsto no Estatuto Social, do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções legais, 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja 20% do capital social. O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo do valor remanescente, após a distribuição do dividendo obrigatório e destinação do valor devido a reserva legal, destina-se à constituição de “Reserva de Investimentos”. Tal reserva terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do Capital Social somado aos saldos das demais reservas de lucros.																														
a. i. Valores das Retenções de Lucros	No exercício social encerrado em 31/12/2025, a Companhia apresentou lucro no montante de R\$ 582.458.857,25, cuja proposta de destinação submetida à AGO a ser realizada em 16 de abril de 2026 prevê: a) a retenção de R\$29.122.942,86 para a constituição da reserva legal; b) a distribuição de R\$ 200.000.000,00 como dividendos (já incluindo o montante relativo ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$138.333.978,60, somado ao dividendo adicional de R\$61.666.021,40), cujo pagamento ocorrerá em quatro parcelas iguais no valor de R\$25.000.000,00, sendo o pagamento da 1ª parcela em 05 de março de 2026, a 2ª parcela em 29 de abril de 2025, a 3ª parcela em 29 de julho de 2026 e a 4ª parcela em 29 de outubro de 2026. A data de corte, data da negociação dos valores mobiliários ex-dividendos, data do pagamento dos dividendos, bem como o valor a ser pago por ação ordinária, por ação preferencial e por Unit, nos termos em que foram declarados em reunião do Conselho de Administração realizada em 22/12/2025, seguem indicadas abaixo. <table><tr><th>Data de Corte</th><th>Data ex dividendo (inclusive)</th><th>Data de pagamento</th><th>Valor por ação ON (R\$)</th><th>Valor por ação PN (R\$)</th><th>Valor por Unit (R\$)</th></tr><tr><td>19/02/2026</td><td>20/02/2026</td><td>05/03/2026</td><td>0,02407431461</td><td>0,07222294382</td><td>0,16852020225</td></tr><tr><td>14/04/2026</td><td>15/04/2026</td><td>29/04/2026</td><td>0,02414266586</td><td>0,07242799757</td><td>0,16899866100</td></tr><tr><td>15/07/2026</td><td>16/07/2026</td><td>29/07/2026</td><td>0,02414266586</td><td>0,07242799757</td><td>0,16899866100</td></tr><tr><td>15/10/2026</td><td>16/10/2026</td><td>29/10/2026</td><td>0,02414266586</td><td>0,07242799757</td><td>0,16899866100</td></tr></table> Os valores por ação ordinária, preferencial e Unit acima indicados foram calculados de acordo com a quantidade de ações ex-tesouraria na data de declaração dos dividendos pelo Conselho de Administração (22 de dezembro de 2025), podendo sofrer variações a depender do número de ações ex-tesouraria nas datas corte indicadas acima. c) retenção do montante restante, no valor de R\$353.335.914,39 para reserva de lucros prevista no art. 43, “c” do Estatuto Social.	Data de Corte	Data ex dividendo (inclusive)	Data de pagamento	Valor por ação ON (R\$)	Valor por ação PN (R\$)	Valor por Unit (R\$)	19/02/2026	20/02/2026	05/03/2026	0,02407431461	0,07222294382	0,16852020225	14/04/2026	15/04/2026	29/04/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100	15/07/2026	16/07/2026	29/07/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100	15/10/2026	16/10/2026	29/10/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100
Data de Corte	Data ex dividendo (inclusive)	Data de pagamento	Valor por ação ON (R\$)	Valor por ação PN (R\$)	Valor por Unit (R\$)																										
19/02/2026	20/02/2026	05/03/2026	0,02407431461	0,07222294382	0,16852020225																										
14/04/2026	15/04/2026	29/04/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100																										
15/07/2026	16/07/2026	29/07/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100																										
15/10/2026	16/10/2026	29/10/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100																										
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	As retenções para a reserva legal e para a reserva de lucros correspondem a, aproximadamente, 65,66% do lucro líquido total.																														
Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados. Além disso, os acionistas preferencialistas têm direito ao recebimento de dividendos e quaisquer outras distribuições de capital pela Companhia em montante equivalente a 3 (três) vezes o valor pago a cada ação ordinária, nos termos do art. 7º, “a” do Estatuto Social da Companhia.																														
Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual																														
Eventuais restrições à	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o																														

Exercício Social	31.12.2025
distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. Não há outras disposições atualmente aplicáveis que restrinjam a distribuição dos dividendos.
Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não possui.

2.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- (i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades que não estejam registradas no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

- (ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estejam registrados no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

- (iii) Contratos de construção não terminada**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de construção não terminada que não estejam registrados no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

- (iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estejam registrados no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que, além daqueles descritos no subitem “a” acima, não há outros itens não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2025.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2025.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2025.

2.10 – Plano de negócios

a. Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Companhia

A Companhia tem como principal atividade a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista. Desta forma, por intermédio de suas controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto, atualmente, concentra seus investimentos no setor de imóveis geradores de renda, nomeadamente Shopping Centers e prédios comerciais.

Através da sua subsidiária integral IESC, a Companhia explora oportunidades seguindo uma disciplina de atuação. A busca é por propriedades com potencial de se tornarem dominantes em sua região. As localidades têm de ter relevância no plano geoeconômico nacional, principalmente nos aspectos de número de habitantes e renda total.

A administração das propriedades visa a criar experiências únicas e memoráveis de consumo e lazer, seguindo um padrão de excelência compatível com o nível de exigência dos clientes da Iguatemi que, na sua maioria, pertencem às classes mais altas de poder aquisitivo.

Além da procura contínua de novas oportunidades de investimento, a Iguatemi dispõe de aproximadamente 490 mil m2 metros quadrados de ABL (área bruta locável), com 67,4% de participação, o que, isoladamente, já representa um importante potencial de crescimento.

No plano de recursos humanos, a Companhia está atenta a promover um ambiente que estimula a captação, retenção e desenvolvimento dos melhores talentos do mercado, tanto para a Companhia quanto para suas controladas.

No mercado de capitais, a Companhia busca alternativas para elevar seu grau de governança corporativa, aumentar a liquidez de suas ações no mercado e aproximar seu valor de mercado ao real valor de suas participações, garantindo assim maior valor e transparência na relação com todos os seus acionistas e contribuindo com o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Adicionalmente, o crescimento orgânico com qualidade do portfólio faz parte integral da estratégia da Companhia, ou seja, crescer por meio da expansão de suas propriedades já existentes e desenvolver novos projetos greenfield, bem como projetos multiuso, buscando sempre agregar elementos de inovação para estes empreendimentos. Desta forma, a Companhia acredita que seja possível desenvolver projetos que se destaquem por seus diferenciais arquitetônicos, inovações no varejo e um mix de lojistas diferenciado, em linha com a sua estratégia de focar nas classes A e B e nas regiões Sul, Sudeste e Brasília.

CAPEX anual total investido: o número abaixo inclui o CAPEX de aquisição de ativos, manutenção/reinvestimento nos ativos existentes do portfólio, projetos anunciados e capitalizações.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
--	--

Investimentos (R\$ milhões) (1)	1.104,1
---------------------------------	---------

(1) Aquisição de ativo imobilizado, propriedade para investimento e intangível.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende financiar seus investimentos com a obtenção de novos recursos junto a instituições financeiras, fluxo de dividendos advindos de suas controladas e, caso necessário, outras formas de captação de recursos.

Na eventual necessidade de construção de projetos greenfields (desenvolvimento de novos empreendimentos) ou brownfields (expansão dos empreendimentos já existentes) a Companhia realizará financiamento do CAPEX por crédito imobiliário, CRI e com outras formas de financiamento junto aos bancos comerciais.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia e suas controladas não realizaram quaisquer desinvestimentos de capital no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, bem como não possuem desinvestimentos de capital em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos já divulgadas que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

c. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Comprometida com a agenda ESG, a Companhia tem se preocupado em desenvolver práticas alinhadas aos pilares de responsabilidade social, ambiental e de governança, por meio de ações diversas que envolvem todas as esferas da companhia, orientados pela nossa Política de Sustentabilidade.

A Companhia também tem constantemente se empenhado para reduzir os impactos ambientais de suas operações, desenvolvendo ações que promovam o uso racional dos recursos naturais e reduzam a geração de resíduos em toda a cadeia produtiva, além de ter como premissa investir na compra de materiais certificados, resultando em melhor aproveitamento dos recursos, buscando a redução do consumo em todas as frentes, adotando soluções de tecnologias inteligentes.

Tais esforços contínuos realizados ao longo dos últimos anos reduzem nosso impacto ambiental e, consequentemente, contribuem para atenuar as mudanças climáticas. Alguns exemplos de ações são: contratação de energia a partir de fontes renováveis, oriundas de pequenas centrais hidrelétricas, substituição de lâmpadas convencionais por lâmpadas LED, instalação de Estações de Tratamento de Esgoto, aproveitamento de água de chuvas, dupla triagem dos resíduos sólidos, elevando nossa taxa de reaproveitamento acima de 90%, entre outras iniciativas.

Em 2022 passamos a compor a carteira do ICO2, que tem como proposta ampliar a discussão sobre a economia de baixo carbono e reconhecer as empresas que tem compromisso e transparência em suas emissões e ações para redução de sua pegada de carbono.

A Iguatemi está em constante busca pela evolução dentro do ecossistema relacionado a DE&I: somos signatários do Pacto Global da ONU, contribuindo para os princípios e metas da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); aderimos aos movimentos Elas Lideram 2030, Mente em Foco e Salário Digno. Contamos hoje com mais mulheres ocupando posições de liderança 50% (gerentes e acima)

Recebemos também o Selo "Gerar Bem-estar" promovido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida e o certificado Great People Mental Health, que avalia o ambiente de trabalho em termos de saúde emocional. Tais reconhecimentos são resultado do compromisso, empenho e dedicação aplicados na temática de diversidade, equidade e inclusão.

Em 2024, a empresa passou a compor a carteira do índice IGPTW B3, composto por empresas que possuem iniciativas que prezam pelo bem-estar e desenvolvimento dos seus colaboradores. Além disso, a empresa continua compondo a carteira de diversidade (IDIVERSA B3) e a carteira de sustentabilidade B3 (ISE B3), demonstrando o nosso compromisso com as questões ESG.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e está listada no nível 1 da B3 de forma unificada. Dentro de nossa estrutura de governança é importante mencionar a presença de conselheiros independentes em todos os nossos Comitês estatutários (sendo que nosso comitê de Auditoria e Partes Relacionadas é composto exclusivamente por membros independentes, além de diversidade de gênero. Temos desenvolvido constantemente o tema de governança, apresentamos anualmente o nosso informe de Governança, elaborado com base no Código Brasileiro de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), adotando a abordagem de "Pratique-ou-Explique", sempre objetivando fortalecer nossos mecanismos de governança.

Desde a Assembleia Geral Ordinária de 2024, a Companhia vem adotando como prática a instalação do órgão fiscalizador independente, de funcionamento não permanente, com atribuições e poderes conferidos pela lei. Visando justamente a fortalecer e garantir a governança corporativa, foram instituídos na Iguatemi S.A. quatro comitês estatutários para assessorar o Conselho de Administração: auditoria e partes relacionadas, finanças e alocação de capital, pessoal, cultura e ESG e riscos e compliance. Adicionalmente, foram constituídos dois comitês não estatutários de assessoramento do Conselho de Administração: o comitê de Desenvolvimento e Institucional e o comitê de Negócios e transformação digital.

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os diretores da Companhia esclarecem, que não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional consolidado, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Conforme Anexo A da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)

1) Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia apurou lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$582.458.857,25 (quinhentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

2) Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos propostos pela administração perfaz R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), conforme ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2026.

A Companhia esclarece que a totalidade dos dividendos já foram declarados antecipadamente em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2025, com base no Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras levantadas em 30 de setembro de 2025, no montante total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), dos quais: (i) R\$138.333.978,60 (cento e trinta e oito milhões, trezentos e trinta e três mil, novecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos) foram declarados a título de dividendos mínimos obrigatórios; e (ii) R\$ 61.666.021,40 (sessenta e um milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, vinte e um reais e quarenta centavos) foram declarados a título de dividendos adicionais.

A data de corte, data da negociação dos valores mobiliários ex-dividendos, data do pagamento dos dividendos, bem como o valor a ser pago por ação ordinária, por ação preferencial e por Unit, nos termos em que foram declarados em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2025, seguem indicados abaixo.

Data de Corte	Data ex dividendo (inclusive)	Data de pagamento	Valor por ação ON (R\$)	Valor por ação PN (R\$)	Valor por Unit (R\$)
19/02/2026	20/02/2026	05/03/2026	0,02407431461	0,07222294382	0,16852020225
14/04/2026	15/04/2026	29/04/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100
15/07/2026	16/07/2026	29/07/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100
15/10/2026	16/10/2026	29/10/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100

3) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) representa, aproximadamente, 34,34% do lucro líquido do exercício, antes da destinação à reserva legal.

4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

No exercício de 2025, não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto dos dividendos por ações está indicado na tabela abaixo:

Data de Corte	Data ex dividendo (inclusive)	Data de pagamento	Valor por ação ON (R\$)	Valor por ação PN (R\$)	Valor por Unit (R\$)
19/02/2026	20/02/2026	05/03/2026	0,02407431461	0,07222294382	0,16852020225
14/04/2026	15/04/2026	29/04/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100
15/07/2026	16/07/2026	29/07/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100
15/10/2026	16/10/2026	29/10/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

[Os dividendos serão pagos por meio de depósito na conta corrente dos acionistas inscritos na base acionária da Companhia nas respectivas Datas de Corte]. O pagamento será realizado em quatro parcelas, nas seguintes datas: (i) 19 de fevereiro de 2026; (ii) 14 de abril de 2026; (iii) 15 de julho de 2026; e (iv) 15 de outubro de 2026.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Os dividendos a serem distribuídos não estão sujeitos à atualização ou juros.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os dividendos foram declarados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de dezembro de 2025. A data corte para recebimento de dividendos, bem como a data em que as ações e as Units passarão a ser negociadas ex-dividendos estão indicadas na tabela abaixo:

Data de Corte	Data ex dividendo (inclusive)	Data de pagamento	Valor por ação ON (R\$)	Valor por ação PN (R\$)	Valor por Unit (R\$)
19/02/2026	20/02/2026	05/03/2026	0,02407431461	0,07222294382	0,16852020225
14/04/2026	15/04/2026	29/04/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100
15/07/2026	16/07/2026	29/07/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100
15/10/2026	16/10/2026	29/10/2026	0,02414266586	0,07242799757	0,16899866100

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

O Conselho de Administração da Companhia declarou, com base no Balanço Patrimonial das Demonstrações Financeiras levantadas em 30 de setembro de 2025, o montante total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), dos quais: (i) R\$138.333.978,60 (cento e trinta e oito milhões, trezentos e trinta e três mil, novecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos) foram declarados a título de dividendos mínimos obrigatórios; e (ii) R\$ 61.666.021,40 (sessenta e um milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, vinte e um reais e quarenta centavos) foram declarados a título de dividendos adicionais.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

O pagamento dos dividendos ocorrerá em quatro parcelas, a serem pagas em: (i) 19 de fevereiro de 2026; (ii) 14 de abril de 2026; (iii) 15 de julho de 2026; e (iv) 15 de outubro de 2026.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Conforme tabela abaixo, a Companhia apresentou lucro líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024, 2023 e 2022.

Exercícios findos em 31 de dezembro de	Lucro	R\$ por ação	
2025	R\$582.458.857,25	Básico	R\$ 0,4828
		Diluído	R\$ 0,4828
2024	R\$399.771.418,37	Básico	R\$ 0,3263
		Diluído	R\$ 0,3263
2023	R\$304.712.129,06	Básico	R\$ 0,2499
		Diluído	R\$ 0,2499
2022	R\$7.566.520,72	Básico	R\$ 0,0065
		Diluído	R\$ 0,0065

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício findo em 31 de dezembro de	Dividendos (em milhões)	Dividendos		
		R\$ por ON	R\$ por PN	R\$ por Unit
2025	R\$200.000	0,09645231773	0,28935695321	0,67516622414
2024	R\$200.000	0,09615285953	0,28845857857	0,67307001667
2023	R\$110.000	0,05229047100	0,15687141296	0,36603329696

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado a reserva legal

Nos termos da Lei das S.A., a Administração propõe a destinação de R\$29.122.942,86 (vinte e nove milhões, cento e vinte e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos) à reserva legal.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do art. 193 da Lei das S.A., do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e nos termos do artigo 43 do Estatuto Social da Companhia, após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda, e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será atribuído para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) Identificar se eventual

parcela não paga é cumulativa; (d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (f) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável. As ações preferenciais de emissão da Companhia não têm direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Conforme o disposto na alínea “b” do artigo 43 do Estatuto Social da Companhia, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202, §2º da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo mínimo obrigatório está sendo pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável. Não haverá retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: (a) Informar o montante da retenção; (b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável. Não haverá retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: (a) Identificar o montante destinado à reserva; (b) Identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) Explicar por que a perda foi considerada provável; e (e) Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável. Não haverá destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: (a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; e (b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável. Não haverá destinação de resultado para a reservas de lucro a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 43, alínea “c” do Estatuto Social prevê que, por proposta dos órgãos da administração, até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido será destinado para a constituição da Reserva para Investimentos, com a finalidade indicada a seguir, que terá como limite o valor correspondente a 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social, podendo, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Nos termos do parágrafo segundo do referido artigo, a finalidade dos recursos destinadas à reserva para investimento é: (a) a preservação da integridade do patrimônio social; (b) a amortização de dívidas da

Companhia; (c) o reforço de seu capital de giro; e (d) investimentos em subsidiárias, a fim de que estas os destinem aos fins mencionados nas letras "b" e "c".

b) Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado para a reserva de investimentos será de R\$353.335.914,39 (trezentos e cinquenta e três milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e quatorze reais e trinta e nove centavos).

c) Descrever como o montante foi calculado

Trata-se de valor correspondente a, aproximadamente, 60,66% do Lucro Líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. O valor destinado à reserva correspondeu ao lucro líquido remanescente após a destinação de valores para a reserva legal e a distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital: (a) Identificar o montante da retenção; e (b) Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável. Não haverá retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: (a) Informar montante destinado à reserva; e (b) Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável. Não haverá destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III

**INFORMAÇÕES RELATIVAS À EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS CANDIDATOS AOS CARGOS DE
MEMBROS DO CONSELHO FISCAL
(Conforme itens 7.3 a 7.6 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022)**

Conselho Fiscal

Nome	Leonardo Leirinha Souza Campos	CPF/Passaporte	021.057.757-64
Data de Nascimento	02/02/1972	Profissão	Contador
Nacionalidade	Brasileiro	Eleito pelo controlador	Sim
		Data de início do primeiro mandato	29/04/2022
		Data da eleição	16/04/2026
Cargo eleito ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data prevista de posse	Até 16/04/2026
Membro Independente	Não Aplicável	Prazo de mandato	AGO 2027

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia

Leonardo Leirinha Souza Campos é graduado em Administração e em Ciências Contábeis, com MBA pela COPPEAD/UFRJ. Possui mais de 25 anos de experiência em finanças corporativas, private equity, auditoria e relacionamento com investidores e reguladores. É Diretor do Grupo Listo, tendo iniciado sua carreira na PwC, e atuado, posteriormente, no segmento financeiro (BTG Pactual e Credit Suisse Brasil) e na economia real (varejo farmacêutico e energia).

Declaração de eventuais condenações

O Sr. Leonardo Leirinha Souza Campos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Jorge Moyses Dib Filho	CPF/Passaporte	497.214.108-53
Data de Nascimento	20/08/1949	Profissão	Administrador
Nacionalidade	Brasileiro	Eleito pelo controlador	Sim
		Data de início do primeiro mandato	24/04/2012
		Data da eleição	16/04/2026
Cargo eleito ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data prevista de posse	Até 16/04/2026
Membro Independente	Não Aplicável	Prazo de mandato	AGO 2027

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia

Formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - FGV em 1976. Iniciou sua carreira na Du Pont do Brasil S.A. Indústrias e Comércio (05/1969-04/1973). Exerceu a função de Controller para a América Latina e Espanha no Grupo Astra Pharmaceuticals (Suécia) (04/1973-04/1984), trabalhou na Eluma S.A. Indústria e Comércio (04/1984-08/1986) e foi Diretor Administrativo e Financeiro da D F Vasconcellos S.A. Óptica e Mecânica de Alta Precisão (08/1986-06/1992). Trabalhou no Grupo Jereissati por 24 anos (1992-2016), tendo exercido, nos últimos anos, as funções de Diretor de Auditoria Corporativa (até 30/06/2016) e Membro e Coordenador do Comitê de Ética do Grupo (até 30/06/2016). Ocupa atualmente posição de Membro do Conselho Fiscal da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (desde 04/2008) e Membro do Conselho Fiscal da Jereissati Participações S.A., atual Iguatemi S.A. (desde 04/2012), além de exercer função de Consultor para o Grupo (a partir de 01/07/2016).

Declaração de eventuais condenações

O Sr. Jorge Moyses Dib Filho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Cláudio Antônio Gonçalves	CPF/Passaporte	803.360.001-20
Data de Nascimento	19/12/1975	Profissão	Bancário
Nacionalidade	Brasileiro	Eleito pelo controlador	Não
		Data de início do primeiro mandato	N/A
		Data da eleição	16/04/2026
Cargo eleito ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data prevista de posse	Até 16/04/2026
Membro Independente	Não se aplica	Prazo de mandato	AGO 2027

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia

Atual Diretor de Investimentos da Previ e Conselheiro de Administração das empresas. Formado em Direito com Pós-Graduação em Direito Público e MBA em Negócios Financeiros. Executivo com experiência em gestão patrimonial e de investimentos com sólida expertise nos mercados de private banking no Brasil e Estados Unidos, atuando na gestão negocial e estratégica de diversos segmentos de negócios.

Declaração de eventuais condenações

O Sr. Cláudio Antônio Gonçalves declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Antônio Adriano Farinha Campos	CPF/Passaporte	643.055.388-49
Data de Nascimento	13/06/1952	Profissão	Economista
Nacionalidade	Brasileiro	Eleito pelo controlador	Sim
		Data de início do primeiro mandato	26/04/2017
		Data da eleição	16/04/2026
Cargo eleito ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data prevista de posse	Até 16/04/2026
Membro Independente	Não Aplicável	Prazo de mandato	AGO 2027

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia

Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1977, com mestrado em Economia do Desenvolvimento em 1980 pela Universidade de Paris I – Panthéon Sorbonne. Foi Superintendente da Cobal, Companhia Brasileira de Alimentos, do Ministério da Agricultura entre 1983 e 1987. Foi Perito da FAO/ONU entre 1987 e 1990. A partir de 1990, começou a prestar serviços para o Grupo Jereissati, principalmente para o Grande Moinho Cearense S.A., como diretor de Planejamento Estratégico. Em 1998, fundou a empresa Cirne & Campos Ltda., que atua no apoio da compra e abastecimento de indústrias de moagem de trigo. Atualmente é sócio gerente da Cirne & Campos e presta serviços para o Grande Moinho Cearense e Moinho Paulista.

Declaração de eventuais condenações

O Sr. Antonio Farinha Campos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Sergio Bernstein	CPF/Passaporte	007.296.208-91
Data de Nascimento	16/04/1937	Profissão	Administrador
Nacionalidade	Brasileiro	Eleito pelo controlador	Sim
		Data de início do primeiro mandato:	29/04/2022
		Data da eleição	16/04/2026
Cargo eleito ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data prevista de posse	Até 16/04/2026
Membro Independente	Não Aplicável	Prazo de mandato	AGO 2027

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia

Engenheiro formado pela Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro (atual UFRJ) com vários cursos de Finanças e Administração no Brasil e no exterior. De 1990 a 2007 foi Vice-Presidente do Grupo Jereissati, tendo sido responsável por analisar e desenvolver a estratégia da Companhia, dentre outras atividades. Anteriormente, trabalhou por 27 anos na General Electric do Brasil, empresa de infraestrutura, serviços financeiros e mídia, tendo sido Diretor Controller por 6 anos e Vice-Presidente de Finanças por 4 anos.

Declaração de eventuais condenações

O Sr. Sergio Bernstein declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Ana Cristina Remigio de Oliveira Bastos	CPF/Passaporte	129.559.468-42
Data de Nascimento	20/10/1973	Profissão	Engenheira
Nacionalidade	Brasileira	Eleito pelo controlador	Não
Cargo eleito ocupado	Membro Suplente Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	17/04/2025
		Data da eleição	16/04/2026
		Data prevista de posse	Até 16/04/2026
Membro Independente	Não Aplicável	Prazo de mandato	AGO 2027

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia

Nos últimos 5 anos, atuou como CEO da Amata e da Urbem. A Amata é uma empresa florestal com forte interface com comunidades, certificadores e autoridades. Na Urbem, liderou a captação de recursos para uma fábrica de madeira engenheirada no Estado do Paraná, que está em operação desde 2022. É Presidente do Conselho da Protendit, uma empresa de Concreto Protendido, na qual atua há pouco mais de 2 anos. É sócia de duas Consultorias, uma de estratégia empresarial e outra de engajamento, advocacy e capacitação.

Declaração de eventuais condenações

A Sra. Ana Cristina Remigio de Oliveira Bastos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não há.

b) controlador direto ou indireto da Companhia

Não há.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

ANEXO IV

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme item 8 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022)

8.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, e para os membros do Conselho Fiscal, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de setembro de 2022, e está arquivada na sede social da Companhia e disponível nos websites da CVM, da B3 e de relações com investidores da Companhia. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa a atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia, considerando, proporcionalmente, a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às funções, a competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa e remuneração variável, que é estabelecida de acordo com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária e não estatutária:

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável e à remuneração baseada em ações.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração:

Os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração fazem jus apenas à remuneração fixa, que é estabelecida de acordo com as práticas de mercado.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa.

b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria. A área de RH e o Comitê de Pessoas da Companhia também participam do processo de definição da remuneração da administração.

ii. Critérios e metodologia utilizada para fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Anualmente, efetuamos o reajuste das faixas salariais da remuneração fixa em conformidade com a legislação trabalhista e na data base dos dissídios coletivos inerentes à categoria dos empregados. Adicionalmente, concedemos reajustes salariais nas remunerações fixas por mérito, promoção, enquadramento ou equiparação, sempre baseados no desempenho do colaborador, nível e posição na

faixa salarial. A política é válida para todos os colaboradores da Companhia, incluindo Diretoria Estatutária e não Estatutária. Para a definição da faixa salarial de cada colaborador, a Companhia baseia-se na média das remunerações praticadas no mercado, para funções comparáveis, de acordo com estudos anuais realizados por consultoria independente.

Os benefícios são tipicamente ajustados pela inflação, mas também são revistos esporadicamente em função de estudos realizados por consultoria independente, na forma descrita acima.

A remuneração variável é paga em número de salários e, portanto, acompanha o reajuste da remuneração fixa, mas depende fundamentalmente da performance individual dos administradores da Companhia, medida a partir de um painel de indicadores específicos para cada executivo, e também da performance corporativa medida com base no atingimento das metas estabelecidas no plano de negócios da Companhia. O peso do painel na performance global varia em função da senioridade e cargo de cada executivo da Companhia.

Para membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, a remuneração fixa é aprovada todo ano em Assembleia Geral Ordinária e os montantes são reajustados de acordo com os valores praticados no mercado, conforme os princípios e diretrizes estabelecidos pela Companhia.

A definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração observa os critérios de equidade, competitividade e proporcionalidade às respectivas atribuições, responsabilidades e demanda de tempo, sendo baseada em pesquisas externas de mercado realizadas por consultorias especializadas — a exemplo da HayGroup | KornFerry — e em benchmarks setoriais, que fornecem o suporte independente necessário para embasar as práticas remuneratórias adotadas.

Para fins de individualização da remuneração dos conselheiros, são considerados critérios como a competência e reputação profissional de cada membro, o tempo dedicado às funções, o escopo de responsabilidades do cargo e a participação em Comitês assessores do Conselho, hipótese em que poderá ser atribuída remuneração adicional pela função exercida, conforme deliberação do próprio Conselho de Administração. A metodologia aplicada tem por base o valor dos serviços no mercado, com foco na perenidade da Companhia e na criação de valor no longo prazo, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a regulamentação da CVM e a Lei das Sociedades por Ações.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia de forma anual a adequação da Política de Remuneração aos objetivos da Companhia.

a) Composição da remuneração, indicando:

- (i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:***
- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor***

Remuneração fixa

A remuneração fixa tem como objetivo remunerar o escopo de atuação, a responsabilidade e o desempenho de cada membro da administração da Companhia, alinhada com as práticas de mercado. É composta por salário fixo e/ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos, previdência privada e INSS.

- Salário fixo e ou pró-labore:** é a remuneração mensal paga de acordo com atribuições e responsabilidades de cada cargo da administração da Companhia.
- Benefícios diretos e indiretos:** pacote de benefícios oferecidos pela Companhia, que visa a oferecer aos seus empregados programas de assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida em

grupo, auxílio alimentação, auxílio farmácia, previdência privada, dentre outros. O pacote de benefícios oferecido pela Companhia visa a complementar sua política de remuneração tornando-a competitiva no mercado.

- Benefícios pós-emprego: a Companhia oferece a todos os seus empregados a opção de participar do plano de previdência privada, com o objetivo de complementar sua política de remuneração, tornando-a competitiva no mercado.
- INSS: mensalmente a Companhia contribui com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) atendendo a sua obrigatoriedade e resguardando seus empregados quanto a futura aposentadoria, auxílio-doença, auxílio acidente, entre outros.

Remuneração variável:

A remuneração variável da Companhia consiste em incentivos (“Bônus”) que tem o objetivo de incentivar e premiar os membros da Diretoria caso alcancem as metas previstas no plano de negócio (metas de resultado e performance) do ano da Companhia e suas controladas. A política de remuneração da Companhia possui como diretriz o Plano Iguatemi de Bonificação e um plano de incentivo de longo prazo:

Plano Iguatemi de Bonificação: Este programa utiliza um sistema de KPIs (Key Performance Indicators) para determinar o pagamento do bônus de final de ano. O funcionamento do referido Plano se dá a partir de nossas metas globais, que uma vez cumpridas, possibilitam a elegibilidade dos colaboradores, que recebem uma nota ponderada entre a performance da Companhia e a performance individual, nota esta utilizada para determinar os valores distribuídos.

Remuneração baseada em ações:

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (aprovado em AGE – 11/08/2022): Este Plano tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos Colaboradores Elegíveis selecionados pelo Comitê de Remuneração e aprovados pelo Conselho de Administração, com vistas a, principalmente: (a) estimular a melhoria da gestão da Companhia e de suas Controladas, conferindo aos Participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo, dando-lhes, ainda, uma visão empreendedora e corporativa; (b) estimular a atração e retenção dos administradores, empregados e prestadores de serviços; (c) suportar o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas da Companhia, maximizando o nível de comprometimento dos administradores e empregados com a geração de resultados sustentáveis para a Companhia; e (d) ampliar a atratividade da Companhia e de suas Controladas.

O formato da remuneração acima descrita busca incentivar os colaboradores a procurar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes. Buscamos obter tal alinhamento por meio das seguintes perspectivas:

- (i) No curto prazo: salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado;
- (ii) No médio prazo: pagamento de participação nos nossos resultados e bônus, de acordo com o cumprimento de metas pré-estabelecidas; e
- (iii) No longo prazo: outorga de ações restritas (aprovados na AGE de 11/08/2022) aos membros de nossa administração.

- ***sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais***

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na remuneração total dos administradores da Companhia para os períodos nela indicados:

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2025					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês Estatutários	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	58,5%	33,8%	43,8%	100,0%	100,0%
Remuneração Variável	41,5%	21,3%	14,6%		
Benefícios Pós Emprego		0,5%	0,7%		
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		16,2%			
Remuneração Baseada em Ações		28,2%	41,0%		
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês Estatutários	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	64%	39,1%	66,3%	100,0%	100,0%
Remuneração Variável	36%	27,8%	17,4%		
Benefícios Pós Emprego		0,9%	1,1%		
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo					
Remuneração Baseada em Ações		32,2%	15,2%		
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês Estatutários	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	64,2%	45,8%	66,3%	100,0%	100,0%
Remuneração Variável	35,8%	26,5%	17,4%		
Benefícios Pós Emprego		1,0%	1,1%		
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo					
Remuneração Baseada em Ações		26,7%	15,2%		
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Nota às tabelas: As informações acima refletem toda a remuneração paga aos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia por cargos exercidos na própria Companhia, ainda que o referido pagamento tenha sido suportado por sociedade controlada, nos termos referenciados no item (d) abaixo.

- ***sua metodologia de cálculo e de reajuste***

A remuneração fixa é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada um em relação aos demais funcionários, a fim de manter o equilíbrio interno da nossa Companhia.

Para o Plano Iguatemi de Bonificação, o pagamento está atrelado ao EBITDA atingido pela Companhia no ano em referência. Para que haja distribuição em decorrência do Plano, deverá ser alcançado percentual mínimo previamente estabelecido do EBITDA orçado para o ano em questão. A partir do atingimento do referido percentual, o múltiplo de salários a ser pago aos colaboradores elegíveis depende da nota da Companhia, nota individual e parcela discricionária. A nota da Companhia depende de vários fatores como metas de rentabilidade, agenda de novos negócios, investimentos realizados, novos negócios divulgados ao longo do ano, evolução na jornada do colaborador e mais recentemente foi incluída o indicador relacionado a ESG.

O Plano de Ações Restritas, aprovado em AGE (11/08/2022), é administrado pelo Conselho de Administração, que referenda aqueles que farão jus aos incentivos que venham a ser outorgados indicados pelo Comitê de Remuneração.

- ***principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG***

Conforme indicado nos itens anteriores, a Companhia leva em consideração o EBITDA atingido pela Companhia no ano em referência, metas de rentabilidade, agenda de novos negócios, investimentos realizados novos negócios divulgados ao longo do ano, evolução na jornada do colaborador e mais recentemente foi incluída o indicador relacionado a ESG, que inclui métricas como redução do turnover, e evolução da nota de índices relacionados ao tema (ISE e CDP).

A Companhia considera os referidos indicadores ESG na definição da remuneração variável dos seus administradores.

Qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual e da Companhia e alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como participação nos resultados e a quantidade de ações outorgadas estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado. O Plano de Units Restritas também conta com a aplicação de matching e para concessão do matching o Comitê de Pessoas analisará a performance, a qualidade dos desafios estabelecidos (KPIs) e o potencial futuro de cada elegível, bem como a performance da empresa e as expectativas para o futuro.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia pratica remuneração fixa de acordo com o mercado e concentra uma parcela da remuneração total nas componentes variáveis com o objetivo de motivar os funcionários e administradores a atingir as metas da Companhia e alinhar o modelo de remuneração da Companhia às expectativas do mercado, inserindo objetivos de curto, médio e longo prazo.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há.

a. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Alguns membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia são funcionários e/ou administradores em outras empresas do grupo, recebendo exclusivamente salários pelo exercício de suas funções nessas empresas. Enquanto os membros do Conselho de Administração de cada sociedade recebem suas remunerações por essas funções de modo segregado das respectivas sociedades nas quais exercem as funções de conselheiros, os membros da Diretoria Estatutária recebem a remuneração baseada em ações pela Companhia e as demais verbas remuneratórias (i.e. Remuneração Fixa e participação de resultados) pela Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A (“IESC”). Para maiores informações, vide item 8.15 deste Formulário de Referência.

b. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2026)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.505.836		427.991	4.933.827
Benefícios direto e indireto				-
Participações em comitês	4.699.119			4.699.119
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados	6.760.510			6.760.510
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefícios pós-emprego				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações		11.957.725		11.957.725
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total remuneração	15.965.464	11.957.725	427.991	28.351.181

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.964.080	-	384.000	4.348.080
Benefícios direto e indireto		-	-	
Participações em comitês	4.382.152			4.382.152
Outros	-	-	-	
Descrição de outras remunerações fixas	-			
Remuneração variável	-			
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	6.500.490			6.500.490
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações		10.026.749		10.026.749
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total remuneração	14.846.722	10.026.749	384.000	25.257.471

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.659.966	-	384.000	4.043.966
Benefícios direto e indireto	-	-	-	
Participações em comitês	4.019.908	-	-	4.019.908
Outros	-	-	-	
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	3.563.292	-	-	3.563.292
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	9.592.434	-	9.592.434
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total remuneração	11.243.166	9.592.434	384.000	21.219.600

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.634.440	-	384.000	4.018.440
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	3.488.870	-	-	3.488.870
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-			
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	4.400.000	-	-	4.400.000
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	7.168.310	-	7.168.310
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total remuneração	11.523.310	7.168.310	384.000	19.075.620

8.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício Social corrente (2026)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	3.380.255	-	-	3.380.255
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	10.140.764	-	-	10.140.764
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	6.760.510	-	-	6.760.510

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	-	-	-	-
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	-	-	-	-
Participação nos resultados				

Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	2.700.000	-	-	2.700.000
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	8.100.000	-	-	8.100.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	5.400.000	-	-	5.400.000
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	6.500.490	-	-	6.500.490

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	-	13,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	-	13,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	-	-	-	-
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	2.200.000	-	-	2.200.000
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	6.600.000	-	-	6.600.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	4.400.000	-	-	4.400.000
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	3.563.292	-	-	3.563.292

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	-	13,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	-	13,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	-	-	-	-
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	2.200.000	-	-	2.200.000
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	6.600.000	-	-	6.600.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	4.400.000	-	-	4.400.000
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	4.400.000	-	-	4.400.000

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de agosto de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Incentivo de Longo Prazo – Units Restritas (“Plano”), cujo objeto é possibilitar a outorga de units de emissão da Companhia que serão transferidas nos termos do Plano (“Units Restritas”) aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e/ou de suas Controladas (conforme definido no Plano) (“Colaboradores Elegíveis”).

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Units Restritas aos Colaboradores Elegíveis selecionados pelo Comitê de Pessoas, Cultura e Organização (ou qualquer comitê que venha a substituí-lo) e aprovados pelo Conselho de Administração.

O Plano (a) estimula a melhoria da gestão da Companhia e de suas Controladas, conferindo aos Participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo, dando-lhes, ainda, uma visão empreendedora e corporativa; (b) estimula a atração e retenção dos administradores, empregados e prestadores de serviços; (c) suporta o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas da Companhia, maximizando o nível de comprometimento dos administradores e empregados com a geração de resultados sustentáveis para a Companhia; e (d) amplia a atratividade da Companhia e de suas Controladoras.

b. Data de aprovação e órgão responsável

O Plano foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de agosto de 2022.

c. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de Units Restritas que poderão ser outorgadas anualmente estará limitado a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) das Units emitidas pela Companhia na data da aprovação do Plano, o que equivale a 0,12% (zero vírgula doze por cento) das ações ordinárias e 0,5% (zero vírgula cinco por cento) das ações preferenciais representativas do capital social total da Companhia. Da mesma forma o número total de Units Restritas não plenamente adquiridas, na somatória de todos os Programas ativos do Plano, não excederá 2% (dois por cento) das Units emitidas pela Companhia na data da aprovação do Plano, o que equivale a 0,48% (zero vírgula quarenta e oito por cento) das ações ordinárias e 2% (dois por cento) das ações preferenciais representativas do capital social total da Companhia.

Para fins de clareza, não serão consideradas no limite estabelecido no Plano as Units da Companhia outorgadas aos Participantes em razão de (i) outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia, já existentes nesta data ou que venham a ser aprovados pela Assembleia Geral da Companhia; e (ii) ações adquiridas pelos Participantes em decorrência de opções de compra e/ou subscrição outorgadas pela Companhia no âmbito de planos de opções de compra de ações da Companhia, já existentes nesta data ou que venham a ser aprovados pela Assembleia Geral da Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Para cada Programa, o Comitê, de acordo com o Plano e respeitadas eventuais diretrizes que vierem a ser fixadas pela Assembleia Geral, definirá um determinado número de Units Restritas a serem distribuídas entre os Participantes.

e. condições de aquisição de ações

A outorga de Units Restritas é realizada mediante a celebração de instrumento particular de outorga de Units Restritas (“Contratos de Outorga”) entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão

especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Units Restritas objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Units Restritas.

O Plano estabelece que, sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Units Restritas somente serão plenamente adquiridos na medida em que o Participante permanecer continuamente vinculado à Companhia ou a sua respectiva Controlada durante o período compreendido entre a data da reunião do Conselho de Administração que tiver aprovado o respectivo programa de outorga de Units nos termos do Plano ("Programa"), salvo se de outra forma previsto no Plano ou no Contrato de Outorga ("Data de Outorga"), e as datas a seguir, nas seguintes proporções: (a) 1/3 (um terço) do total de Units Restritas outorgadas após o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) do total de Units Restritas outorgadas após o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) do total de Units Restritas outorgadas após 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço será estipulado em cada Programa.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Programas, os direitos dos Participantes em relação às Units Restritas somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Participante permanecer continuamente vinculado à Companhia durante o período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas proporções abaixo mencionadas:

- (i) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga;
- (ii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga; e
- (iii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do Participante as respectivas Units Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o Participante.

h. forma de liquidação

De acordo com o Plano, o pagamento será realizado mediante a utilização pelo Participante de verbas autorizadas, conforme Termo de Adesão ao Plano e Contratos de Outorga individualmente celebrados.

i. restrições à transferência das ações

As Units Restritas outorgadas nos termos do Plano e seus Programas são pessoais e intransferíveis, não podendo o Participante, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Units Restritas os direitos ou as obrigações a elas inerentes, salvo nas hipóteses de sucessão decorrente de falecimento do Participante. Neste caso as Units Restritas poderão ser adquiridas pelos herdeiros ou sucessores, observado o disposto no Plano.

Observado o disposto no Plano, as Units Restritas utilizadas pelo Participante para fazer jus ao Programa, ficarão bloqueadas e não poderão ser alienadas, cedidas, dadas em garantia, permutadas, alugadas ou de qualquer outra forma transferidas a terceiros até que o respectivo período compreendido entre a data de aquisição pelo Participante até a data em que sejam atingidas as condições para plena aquisição do

número correspondente de Units Restritas (“Período de Bloqueio”) seja concluído. Na hipótese de alienação, cessão, dação em garantia, aluguel, permuta ou qualquer outra forma de transferência das referidas Units Restritas a terceiros enquanto as Units Restritas correspondentes permanecerem Units Restritas Não Plenamente Adquiridas (Units Restritas que não atendam as condições delimitadas para aquisição plena dos seus direitos nos termos do Plano), o Participante perderá o direito às Units Restritas Não Plenamente Adquiridas.

Conforme as Units Restritas Não Plenamente Adquiridas atinjam as condições para aquisição plena de seus direitos, o Participante terá a parcela correspondente de Units Restritas desbloqueada para livre negociação.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Compete à Assembleia Geral aprovar e, portanto, alterar, suspender ou extinguir o Plano. O Conselho de Administração tem competência para proceder às adaptações e inclusões necessárias em cada Programa, devendo ser submetidas à Assembleia Geral apenas alterações conceituais do Plano, desde que propostas pelo Comitê e aprovadas previamente pelo Conselho de Administração, sendo que qualquer alteração de Programa ou Plano, uma vez aprovadas, somente poderá atingir as Units Restritas ainda não outorgadas.

Dentre as causas que podem gerar a alteração ou extinção do Plano, está a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, às relações trabalhistas e/ou aos efeitos fiscais de um Programa, poderá levar à revisão integral do Plano.

Nos casos de fusão, cisão, com ou sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou incorporação de ações, transformação da Companhia, ou outra forma de reorganização societária, desde que tais operações não impliquem Alienação de Controle da Companhia, deverão ser respeitados os Planos e Programas já instituídos, fazendo-se os ajustes necessários no número de Units Restritas, inclusive respeitando-se as relações de troca utilizadas para efeito das operações acima.

Nos casos de alteração do número de Units da Companhia, em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações, assim como nos casos de conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou em Units, ou ainda, no caso de conversão de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, deverão ser efetuados os ajustes necessários nos Planos e Programas já instituídos, notadamente em relação ao número de Units Restritas e a sua espécie ou classe, com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Se, a qualquer tempo durante a vigência deste do Contrato de Outorga, o Participante desligar-se da Companhia e/ou Contratada por:

- (a) invalidez permanente ou falecimento, os prazos de carência dispostos no item 8.1 serão antecipados e a Companhia transferirá para o nome do Participante a totalidade das Units Restritas que haviam sido outorgadas;
- (b) aposentadoria nos termos do Programa de Pré Aposentadoria (PPA), os prazos de carência dispostos no Plano serão mantidos;
- (c) demissão pela Companhia sem justa causa ou sem violação dos deveres e atribuições de administrador segundo o exclusivo juízo da Companhia, os direitos que ainda não forem plenamente

adquiridos nos termos disposto no item 9.1 do Plano na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;

- (d) demissão pela Companhia com justa causa ou com violação dos deveres e atribuições de administrador segundo o exclusivo juízo da Companhia, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos nos termos disposto no item 9.1 do Plano na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;
- (e) pedido de demissão, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos nos termos disposto no item 9.1 do Plano na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

8.5. Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.6. Outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia possui plano de remuneração baseada em ações que prevê a entrega de ações, mas não há percentual de diluição dos acionistas, considerando que a integralidade das ações entregues é oriunda de recompra no mercado.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Para o exercício social corrente, as ações serão outorgadas aos Colaboradores em 01 de maio de 2026, razão pela qual a Companhia não possui todas as informações exigidas com relação à outorga prevista para o exercício de 2026.

Outorga de ações – Previsto para o exercício social corrente (31/12/2026)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Data de outorga	-	01/05/2026
Quantidade de ações outorgadas	-	349.528
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$26,96
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R\$9.423.264,10

Outorga de ações –exercício social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Data de outorga	-	01/05/2025
Quantidade de ações outorgadas	-	388.364
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$18,01
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R\$ 6.994.436

Outorga de ações - exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Data de outorga	-	01/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	-	359.832
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$19,08
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R\$6.865.594,56

Outorga de ações - exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Data de outorga	-	01/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	-	556.374
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há

Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$19,08
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R\$10.615.615,92

8.11. Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Número de ações	-	388.364
Preço médio ponderado de aquisição	-	R\$ 18,01
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	R\$ 18,01
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	0

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Número de ações	-	359.832
Preço médio ponderado de aquisição	-	19,08
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	19,08
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	0

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Número de ações	-	556.374
Preço médio ponderado de aquisição	-	R\$19,08
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	R\$19,08
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	0

8.12. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

Para o Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”), o preço a ser estipulado para aquisição das ações será determinado em cada Programa anual, devendo este ser baseado na média do valor da ação dos últimos 20 pregões que antecederem a aquisição (outorga).

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Para o Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”), não é aplicável o conceito de preço de exercício, por se tratar de um Plano de incentivo atrelado a Ações Restritas. No que se refere ao preço que será estipulado para aquisição das ações, esse será determinado em cada Programa, devendo ser baseado na média do valor da ação dos últimos 20 pregões que antecederem a aquisição.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Participante permanecer continuamente vinculado à Companhia ou a sua respectiva Controlada durante o período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas proporções abaixo mencionadas: (i) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga; (ii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga; e (iii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições acima estabelecidas, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do Participante as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o Participante.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, visto que não há possibilidade de exercício antecipado no Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”).

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outras características das opções incorporadas na mensuração de seu valor.

8.13. Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Exercício encerrado em 31/12/2025								
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	ONs				PNs			
Iguatemi S.A.	493.199.877	491.839.184	0	985.039.061	9.102.824	7.623.388	0	16.726.212

8.14. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não existem planos de previdência para os membros do Conselho de Administração nem para os membros Conselheiros Fiscais. A tabela contém as informações relativas apenas à Diretoria Estatutária:

Planos de previdência conferidos no exercício social encerrado em 31/12/2025	
	Diretoria Estatutária
Nº de membros	5,00
Nº de membros remunerados	5,00
Nome do Plano	Itaú Vida e Previdência S.A.
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	4
Condições para se aposentar antecipadamente	Não há
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 2.306.760,51
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 190.485,97
Possibilidade de resgate antecipado e quais condições	Não há

8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração Max. Med. Min. – Exercício Social encerrado em 31/12/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8,00	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00
Valor da maior remuneração	5.398.975	2.192.000	144.000
Valor da menor remuneração	320.000	544.000	132.000
Valor médio da remuneração	1.855.840	2.005.350	128.000
Observação	-	-	-

Remuneração Max. Med. Min. – Exercício Social encerrado em 31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8,00	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00
Valor da maior remuneração	2.585.780	1.953.333	144.000
Valor da menor remuneração	300.000	444.069	81.000
Valor médio da remuneração	1.405.396	1.918.487	128.000
Observação	-	-	-

Remuneração Max. Med. Min. – Exercício Social encerrado em 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8,00	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00
Valor da maior remuneração	4.141.655	1.734.621	144.000
Valor da menor remuneração	240.000	468.204	108.000
Valor médio da remuneração	1.440.414	1.433.662	128.000
Observação	-	-	-

8.16. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia). Adicionalmente a Companhia informa que o plano de previdência privada complementar mantido pela Companhia ("Plano de Previdência") é de contribuição definida, sendo opcional aos seus funcionários. A Companhia contribui com 100% do valor mensal contribuído pelos funcionários, não possuindo nenhuma obrigação nem direito com relação a quaisquer superávits ou déficits que venha a ocorrer no Plano de Previdência.

8.17. Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Percentual da remuneração detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2026 (previsto)	76,36%	74,17%	-
2025	75,66%	57,14%	-
2024	74,92%	44,71%	-
2023	71,88%	57,59%	-

8.18. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam nos últimos três exercícios sociais.

8.19. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Parte da remuneração dos administradores da Companhia é suportada pela subsidiária integral e principal ativo operacional da Companhia, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Além disso, alguns membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal da Diretoria da Companhia são funcionários e/ou Conselheiros em outras empresas do grupo, recebendo exclusivamente salários pelo exercício de suas funções nestas empresas. Nos termos reportados acima, enquanto os membros do Conselho de Administração de cada sociedade recebem suas remunerações por essas funções de modo segregado entre as respectivas sociedades, nas quais exercem os respectivos cargos de conselheiros, os membros da Diretoria Estatutária recebem a remuneração baseada em ações pela Companhia e as demais verbas remuneratórias (i.e. Remuneração Fixa e participação de resultados) pela IESC.

Abaixo, seguem as informações consolidadas dos 3 (três) últimos Exercícios Sociais, consolidadas por tipo de órgão e sociedade, bem como a prevista para o exercício social corrente:

Previsto para o Exercício social corrente (2026) – Remuneração prevista no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos				
Controladas da Companhia		28.133.979		28.133.979
Sociedades sob controle comum				

Previsto para o Exercício social Corrente (2026) – Demais remunerações recebidas				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos				
Controladas da Companhia	982.303			982.303
Sociedades sob controle comum				

Previsto para o Exercício social encerrado em 31.12.2025 – Remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos				
Controladas da Companhia		25.577.951		25.577.951
Sociedades sob controle comum				

Previsto para o Exercício social encerrado em 31.12.2025 – Demais remunerações recebidas				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos				
Controladas da Companhia	831.552			831.552
Sociedades sob controle comum				

Exercício social encerrado em 31.12.2024 – Remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos				
Controladas da Companhia	1.200.000	20.180.722		21.380.722
Sociedades sob controle comum				

Exercício social encerrado em 31.12.2024 – Demais remunerações recebidas				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos				
Controladas da Companhia	789.818			789.818
Sociedades sob controle comum				

Exercício social encerrado em 31.12.2023 – Remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	20.407.486	-	20.407.486-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31.12.2023 – Demais remunerações recebidas				
	Conselho de Administração (R\$)	Diretoria Estatutária (R\$)	Conselho Fiscal (R\$)	Total (R\$)
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	776.252	-	-	776.252-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

8.20. Outras informações relevantes

Parte da remuneração dos administradores da Companhia é suportada pela subsidiária integral e principal ativo operacional da Companhia, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“IESC”). Além disso, alguns membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal da Diretoria da Companhia são funcionários e/ou Conselheiros em outras empresas do grupo, recebendo exclusivamente salários pelo exercício de suas funções nestas empresas.

A seção 8 do Formulário de Referência da Companhia se refere somente à remuneração reconhecida no resultado da Companhia, de modo que tais informações não refletem, de forma consolidada, os valores totais pagos aos administradores pela Companhia e pela sua subsidiária integral e principal ativo operacional Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Para possibilitar a compreensão adequada das parcelas da remuneração dos administradores da Companhia, a Companhia decidiu apresentar em complemento às informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, (i) o item 8.2 do Formulário de Referência de forma individualizada também para a IESC; e (ii) os itens 8.2, 8.3, 8.15 e 8.17 preenchidos de forma consolidada, considerando a remuneração global anual e a quantidade de administradores da Companhia e da IESC em conjunto.

A Companhia esclarece que os membros da Diretoria da Companhia e da IESC são os mesmos e, em virtude disso, recebem remuneração de apenas uma das empresas em razão do cargo exercido em ambas. Atualmente, a remuneração dos membros da Diretoria da Companhia e da IESC é suportada pela IESC.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal – IESC

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2026)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	5,00	-	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	-	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	909.540	12.914.393		13.823.933
Benefícios direto e indireto		807.449		807.449
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados		9.610.855		9.610.855
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefícios pós-emprego		316.742		316.742
Benefícios pela cessação do exercício do cargo		3.500.000		3.500.000
Remuneração baseada em ações				
Observação				
Total remuneração	909.540	27.149.439		28.058.979

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	5,00	-	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	-	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	831.552	11.335.667		12.167.219
Benefícios direto e indireto		684.994		684.994
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados		7.588.959		7.588.959
Participação em reuniões				-
Comissões				-
Outros				-
Descrição de outras remunerações variáveis				-
Benefícios pós-emprego		190.486		190.486
Benefícios pela cessação do exercício do cargo		5.777.845		5.777.845
Remuneração baseada em ações				
Observação				
Total remuneração	831.552	25.577.951		26.409.503

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	5,00	-	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	-	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	789.918	10.953.958		11.743.776
Benefícios direto e indireto		693.501		693.501
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados	1.200.000	8.265.049		9.465.049
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefícios pós-emprego		268.214		268.214
Benefícios pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
Observação				
Total remuneração	1.989.818	20.180.722		22.170.540

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	5,00	-	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	-	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	776.252	11.630.973	-	12.407.225
Benefícios direto e indireto	-	634.512	-	634.512
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-			
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	7.107.791	-	7.107.791
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	257.958	-	257.958
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-			
Total remuneração	776.252	19.631.234	-	20.407.486

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal – Consolidado

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2026)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,00	10,00	3,00	24,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.415.376	12.914.393	427.991	18.757.760
Benefícios direto e indireto		807.449		807.449
Participações em comitês	4.699.119			4.699.119
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	-		
Participação de resultados	6.760.510	9.610.855		16.371.365
Participação em reuniões	-			
Comissões	-			
Outros	-			
Descrição de outras remunerações variáveis	-			
Benefícios pós-emprego	-	316.742		316.742
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	3.500.000		3.500.000
Remuneração baseada em ações	-	11.957.725		11.957.725
Observação	-			
Total remuneração	16.875.004	39.107.164	427.991	56.410.160

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,00	10,00	3,00	24,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.795.632	11.335.667	384.000	16.515.299
Benefícios direto e indireto		684.994		684.994
Participações em comitês	4.382.152			4.382.152
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	-		
Participação de resultados	6.500.490	7.588.959		14.089.449
Participação em reuniões	-			
Comissões	-			
Outros	-			
Descrição de outras remunerações variáveis	-			
Benefícios pós-emprego		190.486		190.486
Benefícios pela cessação do exercício do cargo		5.777.845		5.777.845
Remuneração baseada em ações		10.026.749		10.026.749
Observação				
Total remuneração	15.678.274	35.604.700	384.000	51.666.974

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,00	10,00	3,00	24,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.449.784	10.953.958	384.000	15.787.742
Benefícios direto e indireto	-	693.501	-	693.501
Participações em comitês	4.019.908	-	-	4.019.908
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-			
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	4.763.292	8.265.049	-	13.028.341
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	268.214	-	268.214
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	9.592.434	-	9.592.434
Observação	-			
Total remuneração	13.232.984	29.773.157	384.000	43.390.141

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,00	10,00	3,00	24,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.410.692	11.630.973	384.000	16.425.665
Benefícios direto e indireto		634.512		634.512
Participações em comitês	3.488.870			3.488.870
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-			
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	4.400.000	7.107.791		11.507.791
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefícios pós-emprego		257.958		257.958
Benefícios pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações		7.168.310		7.168.310
Observação				
Total remuneração	12.299.562	26.799.544	384.000	39.483.106

8.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício Social corrente (2026)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	10,00	3,00	24,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00	19,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)				
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	3.380.255	4.805.428	-	8.185.683
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	10.140.764	14.416.283	-	24.557.048
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	6.760.510	9.610.855	-	16.371.365

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	10,00	3,00	24,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00	19,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)				
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)				
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	2.700.000	4.832.686	-	7.532.686
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	8.100.000	14.498.057	-	22.598.057
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	5.400.000	9.665.371	-	15.065.371
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	6.500.490	7.588.959	-	14.089.449

Remuneração variável do Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	10,00	3,00	24,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00	19,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)				
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)				
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	2.200.000	4.740.087	-	6.940.087
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração (em R\$)	6.600.000	14.220.261	-	20.820.261
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (em R\$)	4.400.000	9.480.174	-	13.880.174
Valor Efetivamente Reconhecido (em R\$)	4.763.292	8.265.049	-	13.028.341

8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração Max. Med. Min. – Exercício Social encerrado em 31/12/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	11,00	10,00	3,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00
Valor da maior remuneração	5.683.843	10.326.662	144.000
Valor da menor remuneração	581.816	3.133.212	132.000
Valor médio da remuneração	1.425.298	7.120.940	128.000
Observação	-	Inclui valores referentes a cessação de cargo e valores considerados por posição.	-

Remuneração Max. Med. Min. – Exercício Social encerrado em 31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	11,00	10,00	3,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00
Valor da maior remuneração	3.785.780	7.879.964	144.000
Valor da menor remuneração	561.816	2.782.955	81.000
Valor médio da remuneração	1.202.999	5.954.631	128.000
Observação	-	-	-

Remuneração Max. Med. Min. – Exercício Social encerrado em 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	11,00	10,00	3,00
Nº de membros remunerados	11,00	5,00	3,00
Valor da maior remuneração	4.400.545	7.852.079	144.000
Valor da menor remuneração	498.472	2.813.517	108.000
Valor médio da remuneração	483.211	4.882.634	104.378
Observação	-	-	-

8.17. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Percentual da remuneração devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2026 (previsto)	77,77%	36,89%	-
2025	78,67%	35,13%	-
2024	78,69%	34,31%	-
2023	73,66%	29,10%	-